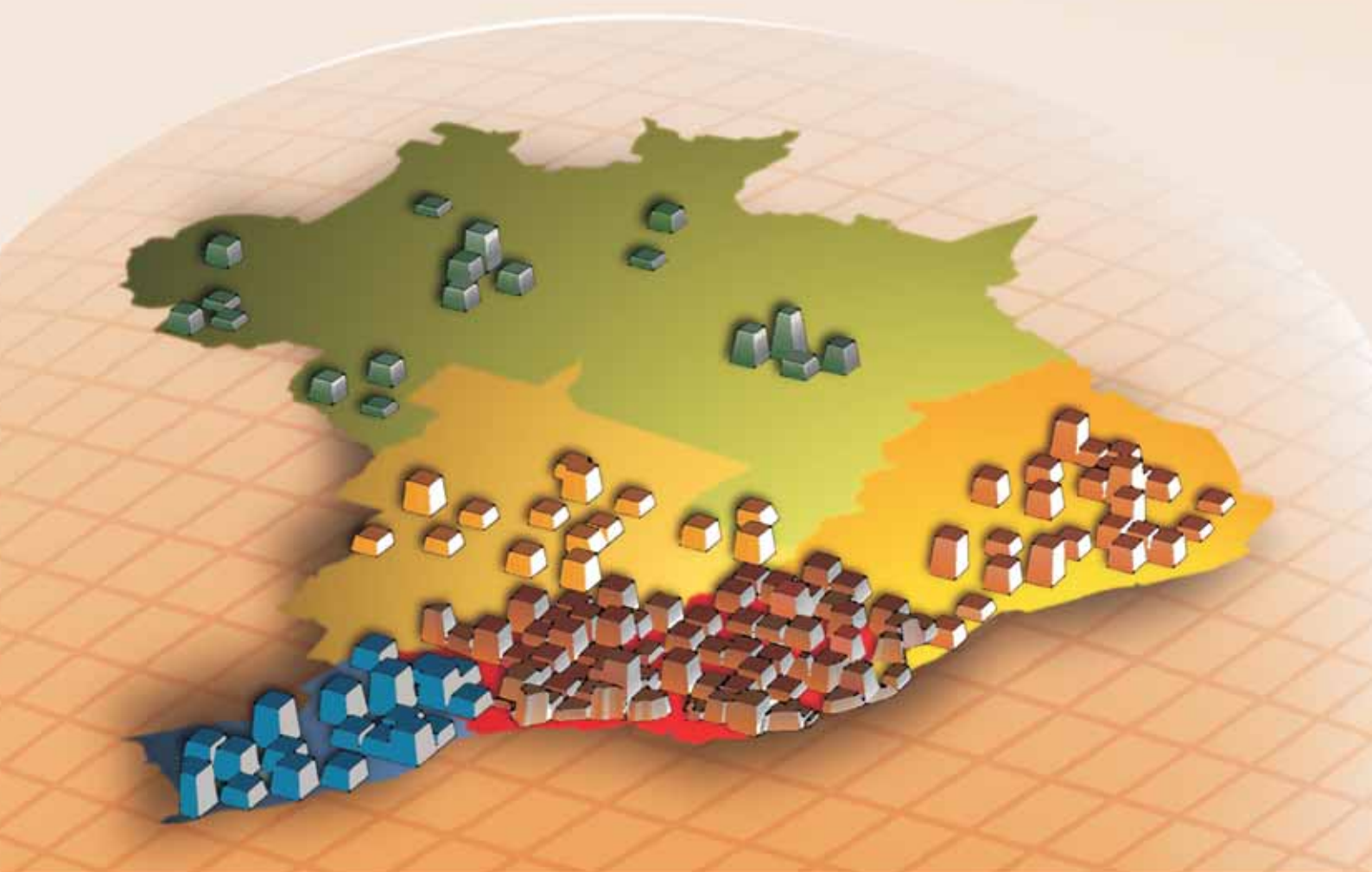




Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

Ano 29 Nº 41  
Mar. de 2014

# ESTUDOS



*DIAGNÓSTICO DAS PEQUENAS E MÉDIAS INSTITUIÇÕES  
DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS NO BRASIL:  
INDICAÇÕES PARA MELHORIA DA  
COMPETITIVIDADE*



Ano 29 Nº 41  
Mar de 2014

Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

# ESTUDOS

---

*DIAGNÓSTICO DAS PEQUENAS E MÉDIAS INSTITUIÇÕES  
DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS NO BRASIL:  
INDICAÇÕES PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE*

## **Presidência**

### *Presidente*

Gabriel Mario Rodrigues

### *1.º Vice-Presidente*

Carmen Luiza da Silva

### *2.º Vice-Presidente*

Getúlio Américo Moreira Lopes

### *3.º Vice-Presidente*

José Janguê Bezerra Diniz

## **Conselho da Presidência**

Candido Mendes de Almeida

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco

Vera Costa Gissoni

Therezinha Cunha

Paulo Antonio Gomes Cardim

Antonio Carbonari Netto

Celso Niskier

Jouberto Uchôa de Mendonça

Valdir Lanza

Wilson de Mattos Silva

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

### **Suplentes**

Fábio Ferreira de Figueiredo

Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza

Gislaine Moreno

Alexandre Nunes Theodoro

Antonio Colaço Martins

## **Conselho Fiscal**

### *Titulares*

Paulo Antonio Lima

Eduardo Silva Franco

Luiz Eduardo Possidente Tostes

Custódio Filipe de Jesus Pereira

Débora Cristina Brettas Andrade Guerra

### *Suplentes*

Eliziário Pereira Rezende

Hiran Costa Rabelo

## **Diretoria Executiva**

### *Diretor Geral*

Fabício Vasconcellos Soares

### *Vice Diretor Geral*

Sérgio Fiuza de Mello Mendes

### *Diretor Administrativo*

Décio Batista Teixeira

### *Diretor Técnico*

Daniel Castanho

### *Diretor Executivo*

Sólon Hormidas Caldas

### *Diretora Acadêmica*

Cecília Eugenia Rocha Horta

---

E82 Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior : Diagnóstico das pequenas e médias instituições de Ensino Superior privadas no Brasil : indicações para melhoria da competitividade / Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino superior. – Ano 29, n. 41 (Mar. 2014). – Brasília : ABMES Editora, 2014 v. ; 28 cm.

Descrição baseada em: Ano 29, n. 41 (Mar. 2014)  
Anual – Periodicidade irregular

ISSN 1516-6201

1. Ensino superior – diagnóstico. 2. Instituições de Ensino Superior Privadas - mapeamento. 3. Educação superior – Brasil. 4. Ensino superior – periódico. I. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. II. Título: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

## **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)**

SCS Quadra 7 Bloco A Sala 526

Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping

70 307 -901 Brasília DF

Tel. 61-3322-3252 Fax 61-3224-4933

[www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br) [abmes@abmes.org.br](mailto:abmes@abmes.org.br)



Ano 29 Nº 41  
Mar de 2014

Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

# ESTUDOS

Associação Brasileira de  
Mantenedoras de Ensino Superior

## Organização

Cecília Eugenia Rocha Horta  
Lidyane Lima

## Conselho Editorial

Adolfo Ignacio Calderón  
Carmen Luiza da Silva  
Celso Niskier  
Edson Pinheiro de Souza Franco  
Mara Regina De Sordi  
Maurício Garcia  
Sergio Fiuzu de Mello Mendes

## Instituto Expertise

### Produção e análise

Instituto Expertise

### Coordenação Geral

Priscila Simões

### Dados econômicos e do setor

Rodrigo Capelato

### Dados jurídicos e legais

José Roberto Covac

### Inovação acadêmica

Priscila Simões  
Fábio Reis

### Edição do texto original

Kassandra Geromel

## Instituto PHD

### Pesquisa de campo

Diego Garcia Guimarães

### Capa

Grau Design Gráfico

### Revisão

Luciana Pereira

### Editoração Eletrônica

Valdirene Alves dos Santos

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 13

INTRODUÇÃO ..... 15

CAPÍTULO I – RAIO-X DAS PEQUENAS E MÉDIAS IES NO BRASIL ..... 19

1. Mapeamento das PMIES
  - 1.1. Distribuição Regional
  - 1.2. Número de Instituições
  - 1.3. Organização Acadêmica das Pequenas e Médias Instituições
  - 1.4. Matrículas
  - 1.5. Ingressantes
  - 1.6. Concluintes
  - 1.7. Evasão
  - 1.8. Resultados nos Indicadores de Avaliação: CPC e IGC
2. Perfil Econômico-Financeiro das PMIES
  - 2.1. Indicadores Financeiros
  - 2.2. Inadimplência
3. Impacto das PMIES na Economia Nacional e Regional

CAPÍTULO II – ANÁLISE DE CENÁRIO PELAS PRÓPRIAS PMIES..... 47

1. Principais Dificuldades
2. Forças e Fraquezas
3. Oportunidades e Ameaças
4. Leitura da Análise de Cenário

CAPÍTULO III – TEMAS RELEVANTES..... 54

1. Docentes e as PMIES
2. Educação a Distância e as PMIES

3. Pós-Graduação *Lato Sensu* e as PMIES
4. Fies e as Pequenas e Médias IES

## **CAPÍTULO IV – REGIÕES ..... 66**

### **1. NORTE**

- 1.1. Principais dificuldades
- 1.2. Principais dificuldades regulatórias
- 1.3. Principais forças em relação à concorrência
- 1.4. Principais fraquezas em relação à concorrência
- 1.5. Principais oportunidades no mercado em que atua
- 1.6. Principais ameaças no mercado em que atua
- 1.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária de cursos presenciais
- 1.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%
- 1.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*
- 1.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 1.11. Principal motivo da dificuldade de encontrar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 1.12. Utilização do Fies
- 1.13. Percentual de alunos que utilizam o Fies
- 1.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

### **2. NORDESTE**

- 2.1. Principais dificuldades
- 2.2. Principais dificuldades regulatórias
- 2.3. Principais forças em relação à concorrência
- 2.4. Principais fraquezas em relação à concorrência
- 2.5. Principais oportunidades no mercado em que atua
- 2.6. Principais ameaças no mercado em que atua
- 2.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais
- 2.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%
- 2.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*
- 2.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 2.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 2.12. Utilização do Fies
- 2.13. Percentual de alunos que utilizam o Fies
- 2.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

### 3. CENTRO-OESTE

- 3.1. Principais dificuldades
- 3.2. Principais dificuldades regulatórias
- 3.3. Principais forças em relação à concorrência
- 3.4. Principais fraquezas em relação à concorrência
- 3.5. Principais oportunidades no mercado em que atua
- 3.6. Principais ameaças no mercado em que atua
- 3.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais
- 3.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%
- 3.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*
- 3.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 3.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 3.12. Utilização do Fies
- 3.13. Percentual de alunos que utilizam o Fies
- 3.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

### 4. SUDESTE

- 4.1. Principais dificuldades
- 4.2. Principais dificuldades regulatórias
- 4.3. Principais forças em relação à concorrência
- 4.4. Principais fraquezas em relação à concorrência
- 4.5. Principais oportunidades no mercado em que atua
- 4.6. Principais ameaças no mercado em que atua
- 4.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais
- 4.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%
- 4.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*
- 4.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 4.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 4.12. Utilização do Fies
- 4.13. Percentual de alunos que utilizam o Fies
- 4.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

### 5. SUL

- 5.1. Principais dificuldades
- 5.2. Principais dificuldades regulatórias

- 5.3. Principais forças em relação à concorrência
- 5.4. Principais fraquezas em relação à concorrência
- 5.5. Principais oportunidades no mercado em que atua
- 5.6. Principais ameaças no mercado em que atua:
- 5.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais
- 5.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%
- 5.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*
- 5.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 5.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado
- 5.12. Utilização do Fies
- 5.13. Percentual de alunos que utilizam o Fies
- 5.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

## **CAPÍTULO V – PROPOSTAS PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS PMIES ..... 87**

1. Propostas a serem implementadas pelas PMIES
  - 1.1. Captação de alunos
  - 1.2. Gestão Administrativa-Financeira
  - 1.3. Gestão Acadêmica
  
2. Propostas a serem encaminhadas ao Governo Federal
  - 2.1. Alteração nas normas do ProUni
  - 2.2. Aperfeiçoamento do Programa BNDES IES
  - 2.3. Implantação de Legislação similar a do Simples para instituições de ensino
  - 2.4. Abertura de novo prazo para as IES aderirem ao Proies
  
3. Propostas a serem encaminhadas ao Ministério da Educação
  - 3.1. Autonomia, sob determinados critérios, para oferta de Graduação Tecnológica
  - 3.2. Extensão do prazo para implantação do curso após autorização
  - 3.3. Respeito às diferentes tipologias de IES de acordo as deficiências específicas de cada curso ao estabelecer o Termo de Saneamento de Deficiências
  - 3.4. Utilização de CPCs e IGCs exclusivamente para fins de renovação de reconhecimento de curso e de credenciamento institucional

- 3.5. Supressão do estabelecimento de calendário para atos autorizativos e credenciamento de instituições
  - 3.6. Criação de indicadores de qualidade específicos para pequenas e médias IES por parte do Inep
  - 3.7. Estabelecimento de prazos para deliberação do MEC sobre processos
  - 3.8. Instituição de instrumentos de avaliação de curso e de instituição, considerando-se a tipologia de instituição e de curso e regionalidade, em respeito ao que preconiza o Sinaes
4. Propostas para a ABMES
    - 4.1. Implementação de Programas de Capacitação
    - 4.2. Mapeamento de todos os programas de acesso ao ensino superior
    - 4.3. Contratação de uma agência de comunicação/marketing para ser utilizada pelas PMIES em forma de consórcio
    - 4.4. Organizar grupos de benchmarking entre IES não concorrentes para troca de boas práticas
    - 4.5. Encaminhamento deste estudo para áreas correspondentes de atuação, como Congresso Nacional, MEC, Estados, Municípios e Secretarias de Educação
  5. Propostas para os municípios
  6. Propostas para os Governos Estaduais
  7. Proposta a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação
  8. Proposta a ser encaminhada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 102**

**LEIS REFERENCIADAS NAS PROPOSTAS..... 105**

**ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS**

1. Perfil da Amostra da Pesquisa de Campo, por Regiões do Brasil
2. Perfil da Amostra da Pesquisa de Campo, por porte das IES
3. Distribuição do total de PMIES (públicas e privadas) por Regiões do Brasil – 2012
4. Instituições Privadas de Ensino Superior com até 3 mil alunos, em 2012
5. Evolução do número de instituições no Brasil – 2008 - 2012



6. Evolução do número de instituições privadas no Brasil – 2008 - 2012
7. Distribuição relativa das instituições por regiões no Brasil – 2012
8. Distribuição relativa das instituições privadas por regiões no Brasil – 2012
9. Distribuição absoluta de instituições por regiões no Brasil – 2012
10. Distribuição absoluta de instituições privadas por regiões no Brasil – 2012
11. Representatividade das PMIES em relação ao total de IES no Brasil – 2012
12. Representatividade das PMIES em relação às IES particulares no Brasil – 2012
13. Organização acadêmica das IES particulares com mais de 3 mil alunos no Brasil – 2012
14. Organização acadêmica das IES particulares com até 3 mil alunos no Brasil – 2012
15. Evolução das matrículas em cursos presenciais no Brasil – 2008 - 2012
16. Evolução das matrículas em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2008 - 2012
17. Distribuição de matrículas, em números absolutos, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012
18. Distribuição de matrículas na rede privada, em números absolutos, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012
19. Distribuição de matrículas, em percentuais, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012
20. Distribuição de matrículas na rede privada, em percentuais, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012
21. Distribuição das matrículas por porte de instituição (IES públicas e privadas) – Brasil - 2012
22. Distribuição das matrículas por porte de instituição (apenas IES privadas) – Brasil - 2012
23. Evolução dos ingressantes em cursos presenciais no Brasil – 2008 - 2012
24. Evolução dos ingressantes em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2008 - 2012
25. Evolução dos concluintes em cursos presenciais no Brasil – 2008 - 2012

26. Evolução dos concluintes em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2008 - 2012
27. Evolução da evasão em cursos presenciais no Brasil – 2010 - 2012
28. Evolução da evasão em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2010 - 2012
29. Evolução da evasão nas PMIES em cursos presenciais por categoria administrativa no Brasil – 2010 - 2012
30. Taxa de evasão em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012
31. Taxa de evasão em cursos presenciais na rede privada por regiões no Brasil – 2012
32. Variáveis que compõem o CPC
33. CPC/IGC - Faixas
34. Desempenho das IES privadas no IGC, considerando os Enades de 2009, 2010 e 2011
35. Desempenho das IES privadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no CPC – 2010 (Enade 2009)
36. Desempenho das IES privadas das regiões Sudeste e Sul no CPC – 2010 (Enade 2009)
37. Perfil econômico-financeiro das PMIES
38. Inadimplência em IES de pequeno porte no Brasil – 2006 - 2012
39. Inadimplência em IES de médio porte no Brasil – 2006 - 2012
40. Inadimplência em IES de grande porte no Brasil – 2006 - 2012
41. Produto Interno Bruto (PIB)
42. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (dados PNUD - Atlas 2013)
43. Renda per capita
44. Percentual dos ocupados com superior completo
45. No geral, quais são as três principais dificuldades que a sua instituição enfrenta no mercado em que atua?
46. Quais são as cinco principais dificuldades Regulatórias que a sua instituição enfrenta?
47. Em relação à concorrência, na sua opinião, quais são as principais Forças que sua instituição possui?
48. Em relação à concorrência, na sua opinião, quais são as principais Fraquezas que sua instituição possui?

49. Na sua opinião, quais são as principais Oportunidades existentes no mercado onde sua instituição está inserida?
50. Na sua opinião, quais são as principais Ameaças existentes no mercado onde sua instituição está inserida?
51. Sua instituição tem dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado? (Brasil)
52. Sua instituição tem dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado? (Por região)
53. Distribuição do corpo docente nas IES privadas por regiões no Brasil – 2012
54. Distribuição do corpo docente nas IES privadas por regime de trabalho no Brasil – 2012
55. Distribuição dos doutores nas IES (públicas e privadas) por regiões no Brasil – 2012
56. Distribuição dos doutores nas IES privadas por regiões no Brasil – 2012
57. Comparativo da evolução das matrículas no Brasil – 2003 - 2012
58. Distribuição das matrículas em EAD por categoria administrativa no Brasil - 2012
59. A sua instituição faz uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais?
60. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais, por regiões
61. Motivos de não utilizar a EAD dentro dos 20% da carga horária nos cursos presenciais
62. Cruzamento: Regiões x Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%
63. Sua instituição oferta cursos de pós-graduação *lato sensu*?
64. Cruzamento: Regiões x oferta cursos de pós-graduação *lato sensu*?
65. Qual é o Tíquete Médio das mensalidades dos cursos de pós-graduação *lato sensu*?
66. Evolução do número de novos contratos do Fies no Brasil – 2004 - 2012
67. Sua instituição utiliza o Fies?
68. Cruzamento: Regiões x Utiliza o Fies?
69. Qual é o percentual de alunos que utilizam o Fies?

70. Perfil da Amostra da Pesquisa de Campo, por Regiões do Brasil
71. A sua instituição é favorável à possibilidade de uma atuação conjunta com os seus “concorrentes” para a formação de um centro de serviços compartilhados, com o objetivo de minimizar os custos operacionais?
72. Sua instituição teria interesse em aderir ao Pronatec?

***NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS.....107***





## **ESTUDOS 41**

### **APRESENTAÇÃO**

**GABRIEL MARIO RODRIGUES\***

**A** permanência no sistema educacional de Pequenas e Médias Instituições de Ensino Superior (PMIES) com até 3.000 alunos matriculados em cursos presenciais representa um dos grandes desafios do segmento particular de ensino.

Tais instituições, apesar de sua representatividade – 63% do total de IES no Brasil e 67% do total de IES privadas, 23% do alunado, quase 1 milhão de matriculados –, convivem com uma série de dificuldades resultantes da competição e da dinâmica do sistema de ensino e das características do mercado, além da inadequação das normas de avaliação e de regulação oficiais à realidade dessas instituições.

Tendo em vista esse quadro, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) realizou, em parceria com o Instituto Expertise e com o Instituto PHD, uma pesquisa inédita – “Diagnóstico das pequenas e médias instituições de Ensino Superior privadas no Brasil: indicações para a melhoria da competitividade” – que traçou o mais completo retrato, já realizado no Brasil, desse universo.

---

\* Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).

O texto inédito ora apresentado nesta edição da revista Estudos abrange: a) o mapa das PMIES (localização regional, número de IES, representatividade, evolução de matrículas, ingressantes e concluintes, índices de evasão, composição do corpo docente, resultados oficiais de avaliação); b) o perfil econômico-financeiro (faturamento médio, custo operacional, indicadores de investimento, gasto médio com pessoal, tíquete médio e inadimplência); e c) os impactos na economia regional (aumento do Produto Interno Bruto (PIB), do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da renda per capita e do percentual de ocupados, independentemente do número de habitantes). Abrange, ainda, a interiorização e a diversidade da oferta de cursos superiores pelas PMIES nas regiões em que o ensino público não chega.

“Apesar do forte impacto na economia regional, a vida das PMIES brasileiras não vai bem”, diz a pesquisa. Isto significa que, entre 2008 e 2012, agravaram-se os seguintes fatos: decréscimo do número de IES e queda na taxa de matrículas; deterioração da saúde financeira; aumento da inadimplência e da evasão; dificuldades na captação de alunos; falta de titulação do corpo docente; uso inadequado dos instrumentos de avaliação externa; concorrência dos grandes grupos econômicos; entre outros.

Ao demonstrar o risco de sobrevivência das PMIES e, conseqüentemente, o potencial prejuízo para o desenvolvimento do País, caso nada seja feito para reverter esse quadro, a pesquisa apresenta um conjunto de alternativas às pequenas e médias IES, à ABMES e ao Ministério da Educação com o intuito de garantir a permanência e a perenidade desse segmento no sistema educacional.

Conclui-se que no universo pesquisado há uma desejável abertura à cooperação, capaz de permitir a atuação da ABMES como aliada no desenvolvimento dos projetos de interesse das PMIES e, ao mesmo tempo, como interlocutora de suas reivindicações junto ao Ministério da Educação.

É chegado o momento de transformar, com coragem e determinação, as propostas em ação.

Brasília, 11 de março de 2014.

# *DIAGNÓSTICO DAS PEQUENAS E MÉDIAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS NO BRASIL: INDICAÇÕES PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE*

## *INTRODUÇÃO*

O Ensino Superior brasileiro passou por grandes mudanças nas últimas décadas. Especialmente nos últimos 20 anos, viveu um período de enorme expansão, puxada pelo setor privado, com a abertura de instituições de ensino, oferta de cursos em diferentes modalidades e ingresso de um contingente da população que até então estava excluído de universidades e faculdades.

A expansão e a diversificação do sistema (que passou a contar com a figura dos centros universitários, além de faculdades e universidades, e com cursos de graduação tecnológica e a distância) tem a ver também com aspectos regulatórios – como a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996, e toda a legislação complementar posterior a ela. Está vinculada, ainda, ao crescimento de concluintes do Ensino Médio que alimenta o ingresso de alunos em faculdades e universidades. Cabe lembrar também que esse foi um período marcado pela mobilização social em torno do direito à educação, pela ampliação de mecanismos de bolsas ou financiamento estudantil, notadamente com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e reformulações importantes no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), que vem aumentando sua cobertura. Finalmente, mas não menos importante, o crescimento do setor nesse período está vinculado ao processo de ascensão social de uma enorme fatia da população brasileira.

Uma das importantes características da expansão e atual configuração do sistema de Ensino Superior no Brasil é a presença marcante de Instituições de Ensino Superior (IES) de pequenas e médias (PMIES), com até 3.000 alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais, que representam 63% do total de IES no Brasil e 67% do total de IES privadas, segundo o censo educacional de 2012, realizado pelo Inep/MEC.



A competição, a dinâmica e as turbulências do sistema do Ensino Superior acarretam uma série de dificuldades para as PMIES de pequeno porte. Daí a importância em traçar o primeiro Panorama das Pequenas e Médias Instituições de Ensino Superior (PMIES) particulares no Brasil e buscar alternativas para melhoria de sua competitividade. Buscando atender a essa demanda da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o Instituto Expertise, em parceria com o Instituto PHD, traz, pela primeira vez ao setor educacional, o mais completo estudo de perfil das PMIES – com até 3 mil alunos – já realizado no Brasil.

A partir dos dados e análises levantados, além de referências da economia e do direito da educação, conseguimos esboçar – como veremos nos próximos capítulos deste estudo – alternativas para a melhoria da competitividade das IES privadas de pequeno e médio porte no país.

Este estudo inédito detalha o mapa das PMIES privadas do Brasil, destacando: localização regional, número de IES, representatividade, evolução de matrículas, ingressantes e concluintes, índices de evasão, composição do corpo docente e seus resultados nos principais indicadores oficiais de avaliação do Ministério da Educação – Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). Também traça o perfil econômico-financeiro destas instituições, destacando: faturamento médio, custo operacional, indicadores de investimento, gasto médio com pessoal, gastos com impostos, tíquete médio e inadimplência. Mensura, ainda, o impacto das pequenas e médias IES na economia regional onde estão inseridas.

Para este estudo, utilizamos dados do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – (Inep/MEC), bem como informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e números do Sindata/Semesp. Não foram consideradas aqui as instituições com até 3.000 alunos que pertencem a mantenedoras ou grupos econômicos que tenham diferentes estabelecimentos mantidos.

O trabalho contou, ainda, com valiosos dados coletados por uma abrangente pesquisa de campo realizada pelo Instituto PHD, em agosto de 2013. A amostragem desta pesquisa de campo, que somou 174 entrevistas, foi distribuída de forma proporcional ao número de pequenas e médias IES existentes em cada região do Brasil e seus respectivos portes, como demonstram os gráficos a seguir:

## 1. Perfil da Amostra da Pesquisa de Campo, por Regiões do Brasil

Região	Real		Amostrado	
	(n)	(%)	(n)	(%)
Centro-Oeste	150	11,3	14	8,0
Nordeste	258	19,4	31	17,8
Norte	76	5,7	12	6,9
Sudeste	606	45,5	72	41,4
Sul	241	18,1	45	25,9
<b>Total</b>	<b>1331</b>	<b>100,0</b>	<b>174</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Instituto PHD

## 2. Perfil da Amostra da Pesquisa de Campo, por porte das IES

Porte	Real		Amostrado	
	(n)	(%)	(n)	(%)
Menor que 300	472	35,5	42	24,1
Entre 300 e 600	293	22,0	38	21,8
Entre 600 e 1300	308	23,1	43	24,7
Maior que 1300	258	19,4	51	29,3
<b>Total</b>	<b>1331</b>	<b>100,0</b>	<b>174</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Instituto PHD

Esta pesquisa de campo foi realizada utilizando duas formas de abordagem conjuntas: aplicação de questionário em sistema on-line, através de Web Survey, e aplicação de entrevistas complementares por meio da metodologia CATI (por telefone). A participação das instituições de ensino foi gratuita e facultativa. O objetivo central foi levantar a própria percepção das PMIES sobre suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como as principais dificuldades enfrentadas por elas.

Diante da capilaridade e representatividade das PMIES que o diagnóstico apresenta, elaboramos possíveis ações a serem implementadas no intuito de garantir a permanência e a perenidade dessas IES no Ensino Superior brasileiro, a serem conferidas nas *Propostas e Considerações Finais* deste estudo.



## CAPÍTULO I – RAIO-X DAS PEQUENAS E MÉDIAS IES NO BRASIL

### 1. MAPEAMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS IES (PMIES)

#### 1.1. DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

O Brasil conta com 2.416 instituições de Ensino Superior (IES), entre públicas e privadas, segundo dados do Censo da Educação Superior 2012. Desse total, 63% são IES com até 3 mil alunos (1.519 IES de pequeno e médio porte, entre privadas e públicas). Considerando apenas a rede privada, o país tem 1.419 IES de pequeno e médio porte (PMIES).

#### **3.] Distribuição do total de PMIES (públicas e privadas) por Regiões do Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

As PMIES têm representatividade nas cinco regiões do Brasil, tendo maior concentração, em números absolutos, na região Sudeste, com 695 instituições e mais de 460 mil matrículas.

#### **4. Instituições privadas de Ensino Superior com até 3 mil alunos, em 2012**

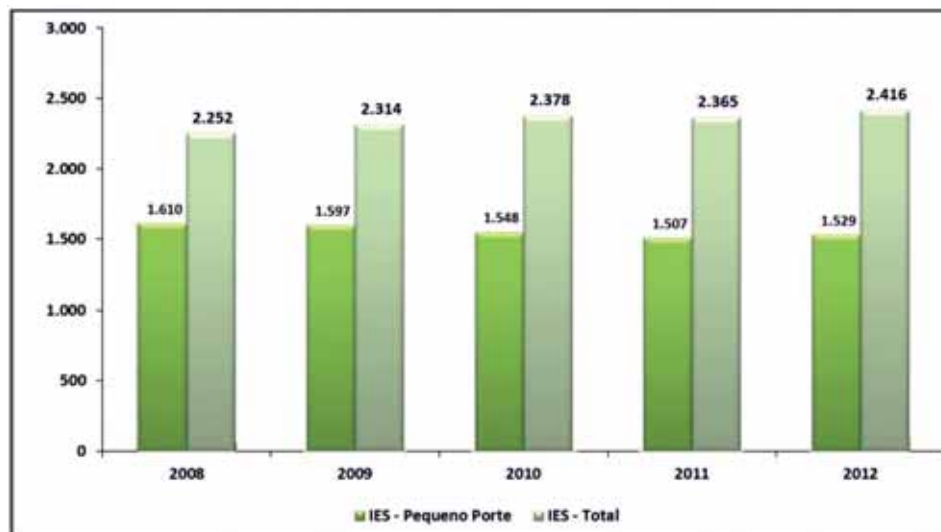


Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Também no setor privado, a maior concentração das PMIES é registrada na região Sudeste, com 647 instituições.

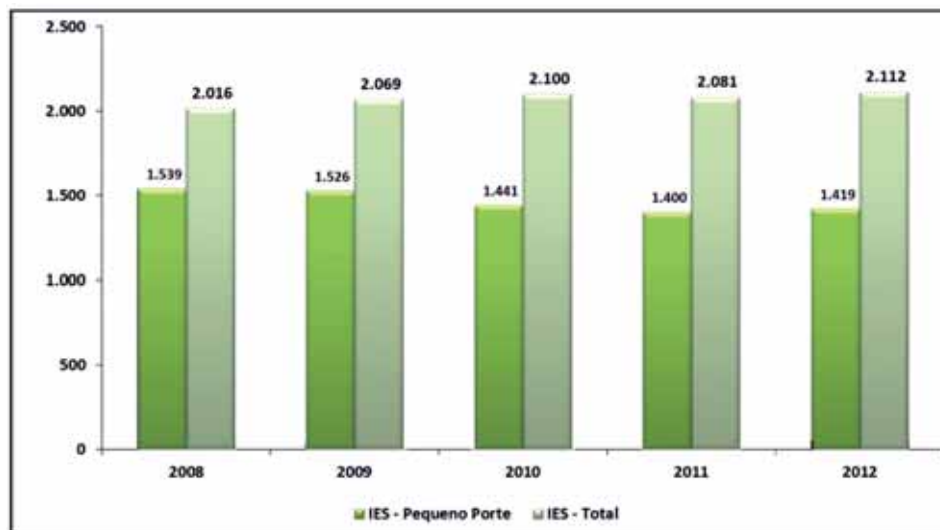
## 1.2. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES

### 5. Evolução do número de instituições no Brasil – 2008 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

### 6. Evolução do número de instituições privadas no Brasil – 2008 - 2012



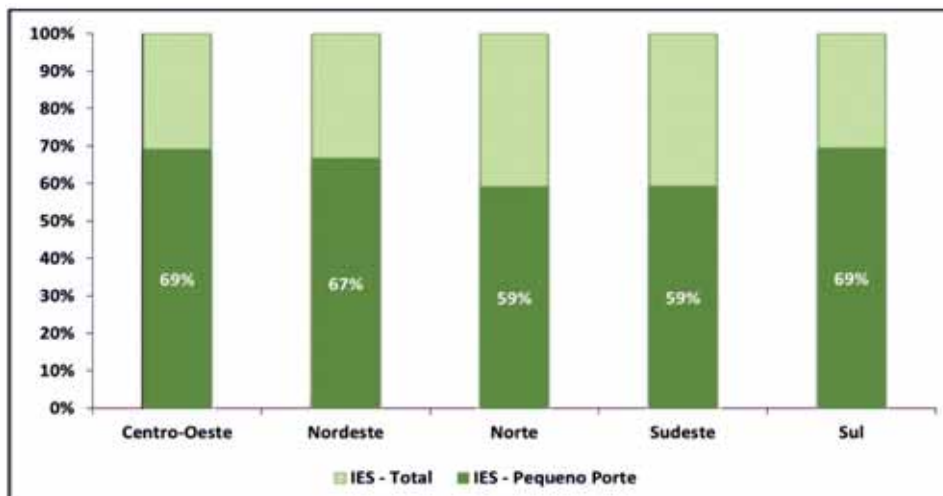
Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Nos últimos cinco anos, enquanto o número total de IES (públicas e privadas) cresceu 7,3% no Brasil, as PMIES (públicas e privadas) sofreram uma queda de 5%. Como é possível observar no gráfico acima, o número de PMIES caiu ano após ano desde 2008, com reversão apresentada somente no último período, entre 2011 e 2012.

Quando analisamos somente as IES particulares, durante o mesmo período, registrou-se crescimento de 4,8%, no Brasil, no total de IES, enquanto as IES de pequeno porte sofreram uma queda de 7,8%.

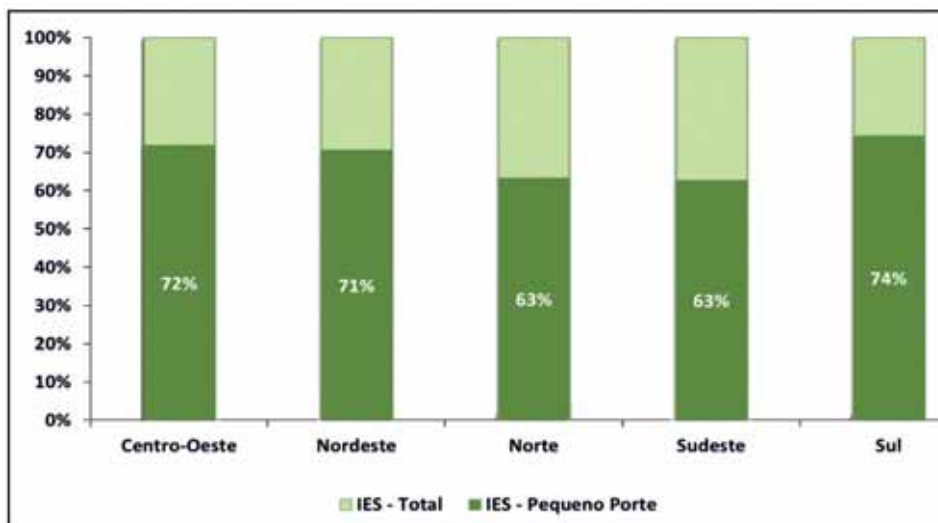
Entre os fatores que desencadearam a queda das pequenas e médias instituições estão a perda da competitividade e o atual cenário de grandes fusões e aquisições do mercado educacional brasileiro.

### **7. Distribuição relativa das instituições por regiões no Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

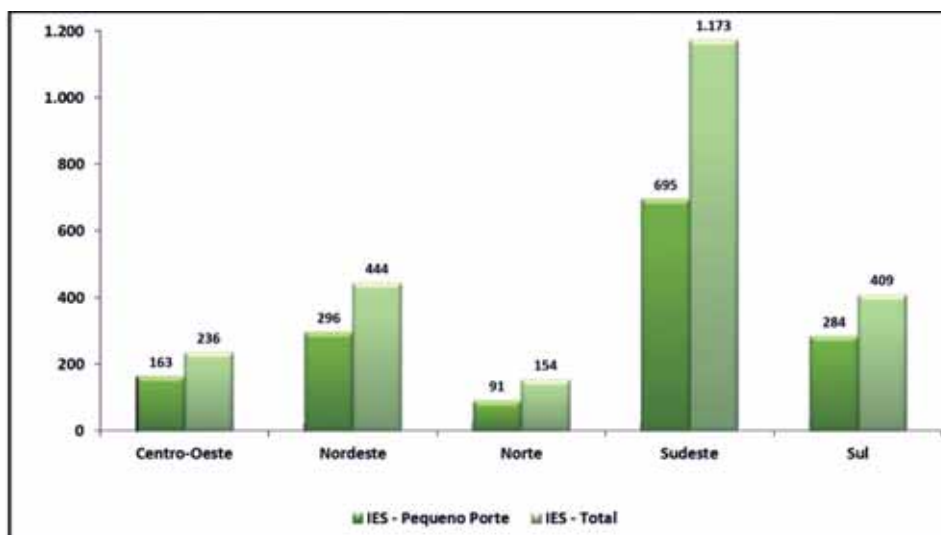
### **8. Distribuição relativa das instituições privadas por regiões no Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

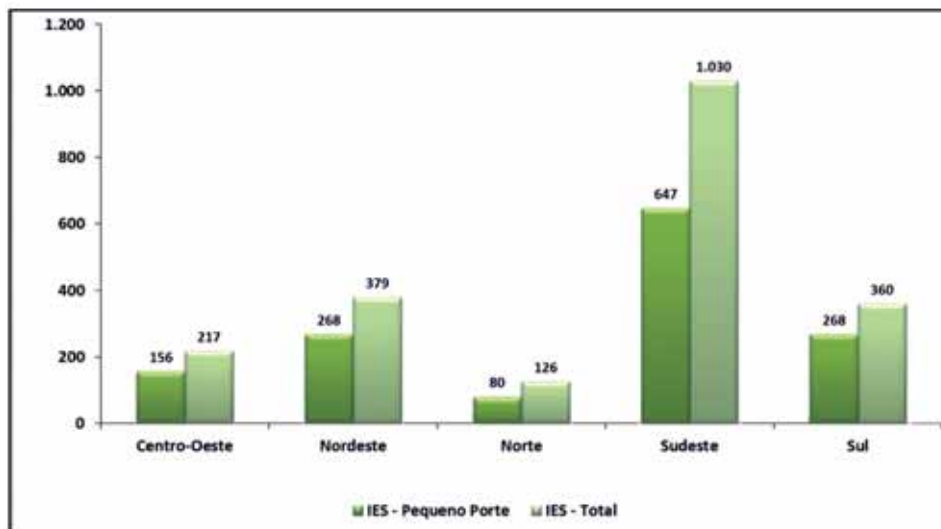
Maioria em todas as regiões do país, em termos percentuais, as PMIES têm maior concentração nas regiões Centro-Oeste e Sul, com 69% do total de instituições. No entanto, em números absolutos, a região Sudeste concentra o maior número de PMIES: 695, como é possível observar no gráfico a seguir. O mesmo comportamento é observado quando analisamos apenas a rede particular. Nesse universo também são as regiões Sul e Centro-Oeste a concentrarem o maior percentual de IES de pequeno e médio porte.

### 9. Distribuição absoluta de instituições por regiões no Brasil – 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

### 10. Distribuição absoluta de instituições privadas por regiões no Brasil – 2012

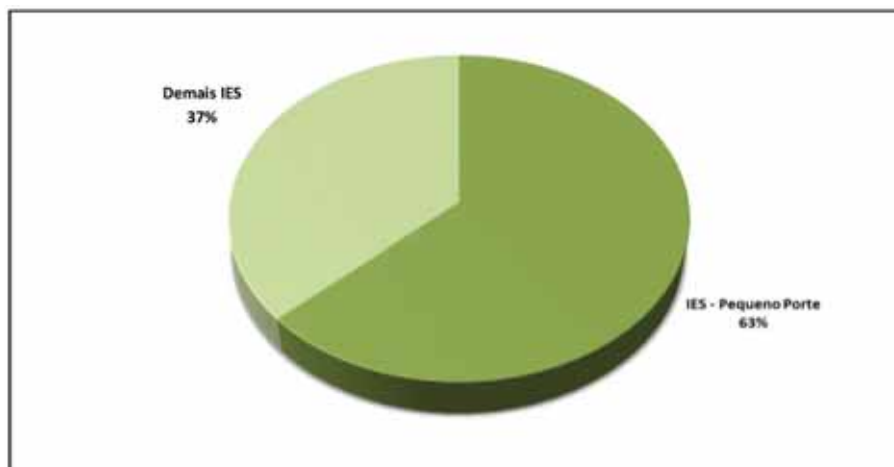


Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise



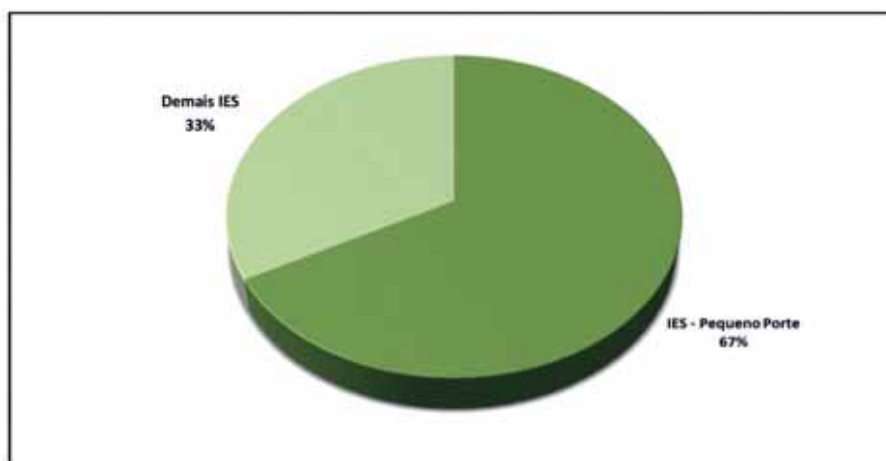
Como pode ser verificado nos gráficos acima, em números absolutos, a região Sudeste concentra o maior número de instituições de pequeno e médio porte: 695 PMIES em toda a rede e 647 PMIES apenas particulares.

### **11. Representatividade das PMIES em relação ao total de IES no Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

### **12. Representatividade das PMIES em relação às IES particulares no Brasil – 2012**

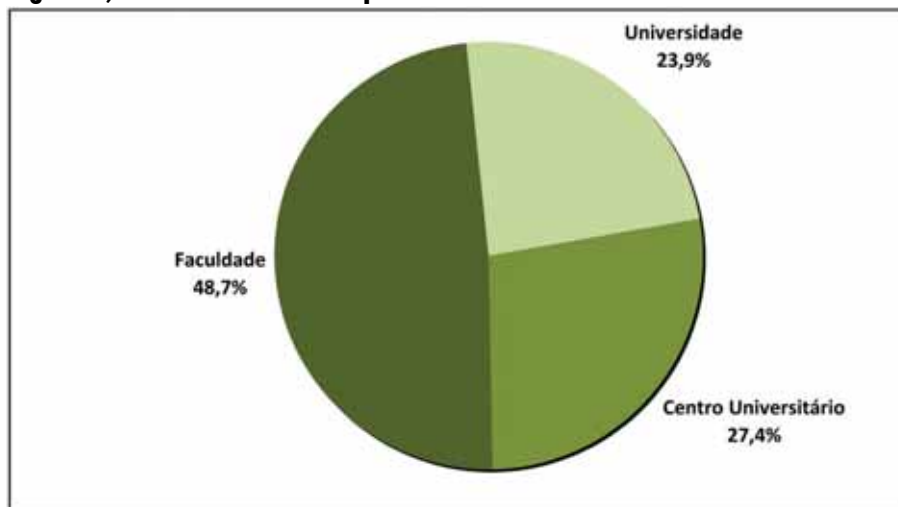


Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Em número de instituições, as PMIES são maioria: as 1.519 instituições com até 3 mil alunos matriculados (públicas e privadas) representam 63% do total de IES do Brasil. Considerando apenas a rede privada, o Brasil totaliza 1.419 instituições de pequeno e médio porte. Nesse universo, as PMIES concentram ainda maior porcentagem: 67% de todas as IES particulares têm até 3 mil alunos matriculados.

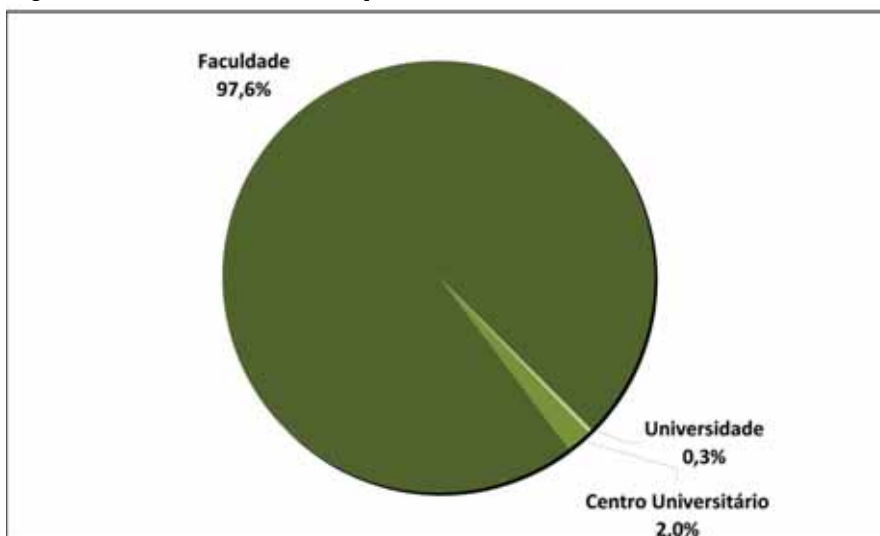
### 1.3. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS PEQUENAS E MÉDIAS INSTITUIÇÕES

#### 13. Organização acadêmica das IES particulares com mais de 3 mil alunos no Brasil – 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

#### 14. Organização acadêmica das IES particulares com até 3 mil alunos no Brasil – 2012



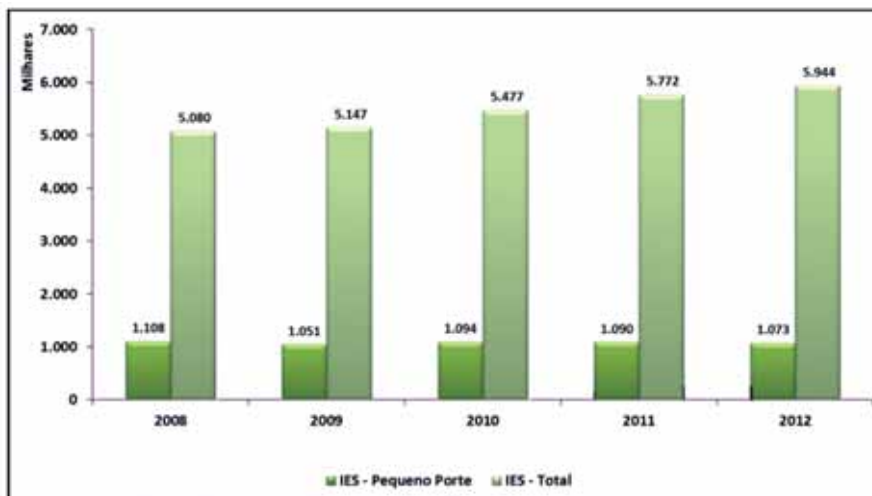
Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Em relação à organização acadêmica, como é possível observar pelos gráficos acima, as PMIES são quase todas faculdades. Nas IES particulares com mais de 3 mil alunos, a participação das faculdades é de 48%; quando analisamos as instituições de pequeno porte, esse percentual salta para 97%. Apenas 2% são centros universitários e menos de 1%, universidades.

Como veremos adiante, dado o atual cenário regulatório brasileiro, isso coloca as PMIES em desvantagem quanto às demais. Isso porque a legislação obriga que apenas universidades e centros universitários tenham determinados percentuais de docentes contratados em regime integral e/ou parcial e também titulados em programas de pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, no momento de composição do CPC e do IGC, as IES pequenas, que são apenas faculdades, são avaliadas e comparadas com todas as demais por esses mesmos indicadores.

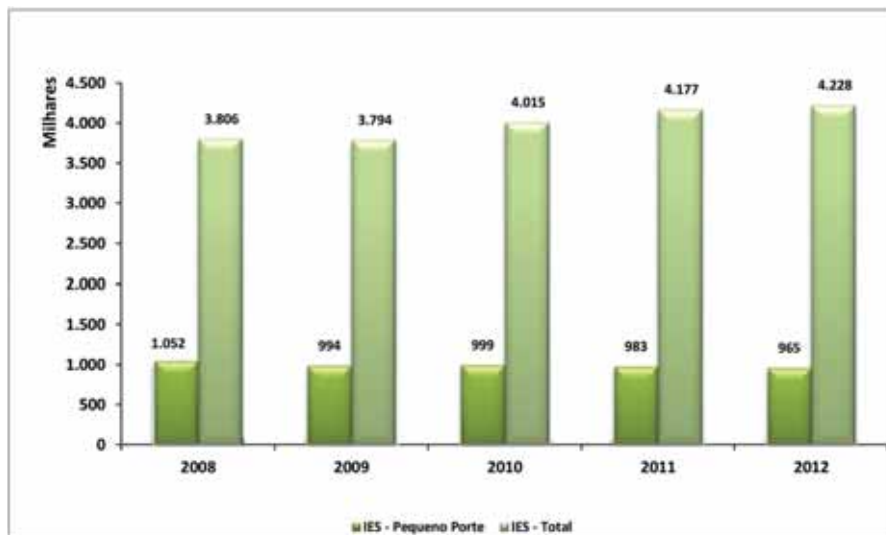
#### 1.4. MATRÍCULAS

##### 15. Evolução das matrículas em cursos presenciais no Brasil – 2008 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

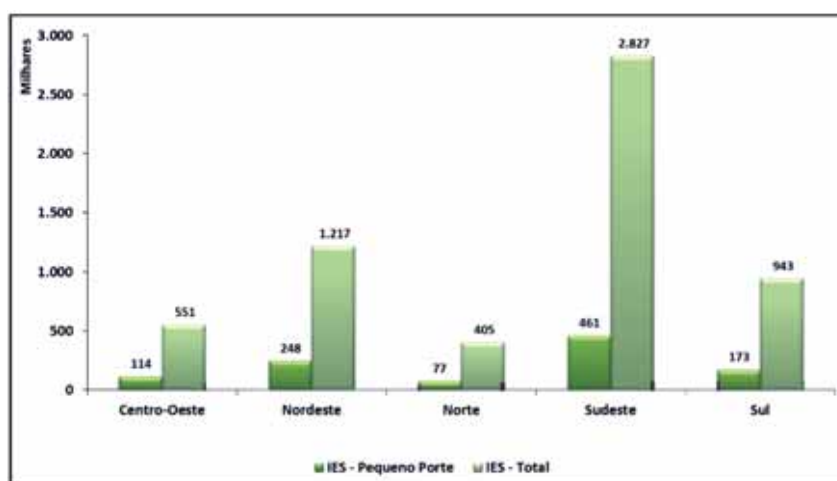
##### 16. Evolução das matrículas em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2008 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

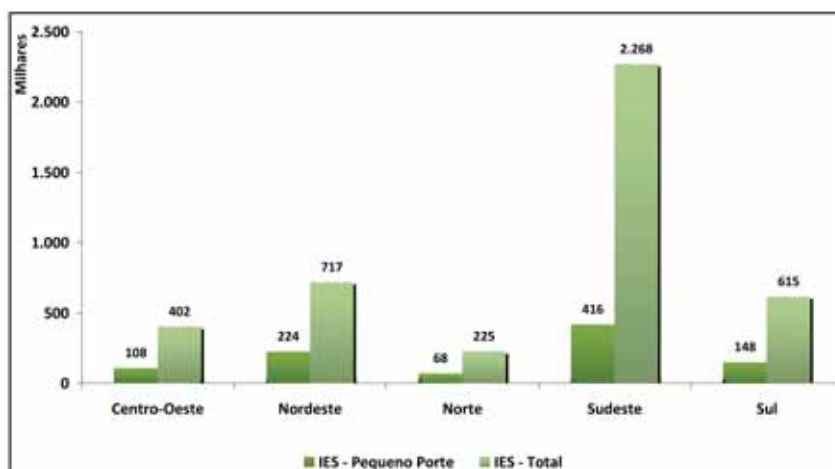
Nos últimos cinco anos, as matrículas das PMIES estão praticamente estagnadas, com ligeira tendência a queda (em torno de 4%). No entanto, no mesmo período, as matrículas totais do setor, incluindo IES públicas e privadas, tiveram um crescimento de 17%. A mesma tendência é observada quando analisamos apenas a rede privada. No mesmo período, considerando apenas as IES particulares, o número total de IES foi de 3.806 para 4.228, enquanto o de pequenas e médias instituições encolheu de 1.052 para 965. Percebe-se, portanto, que, enquanto o Ensino Superior brasileiro (como um todo) está matriculando cada vez mais alunos, em processo de crescimento, as PMIES estão entre a estagnação e o declínio quanto aos alunos matriculados.

### 17. Distribuição de matrículas, em números absolutos, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012



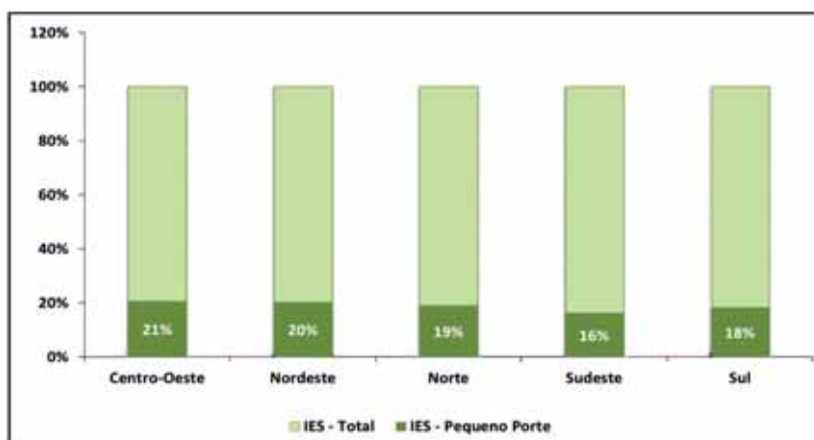
Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

### 18. Distribuição de matrículas na rede privada, em números absolutos, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012



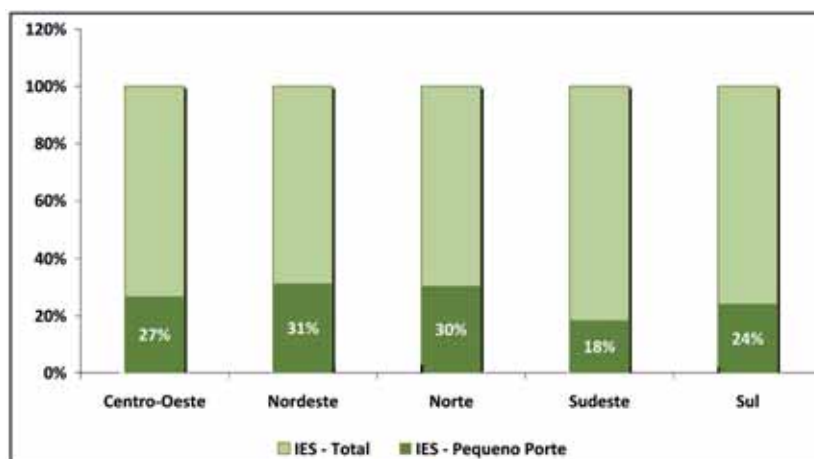
Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

**19. Distribuição de matrículas, em percentuais, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

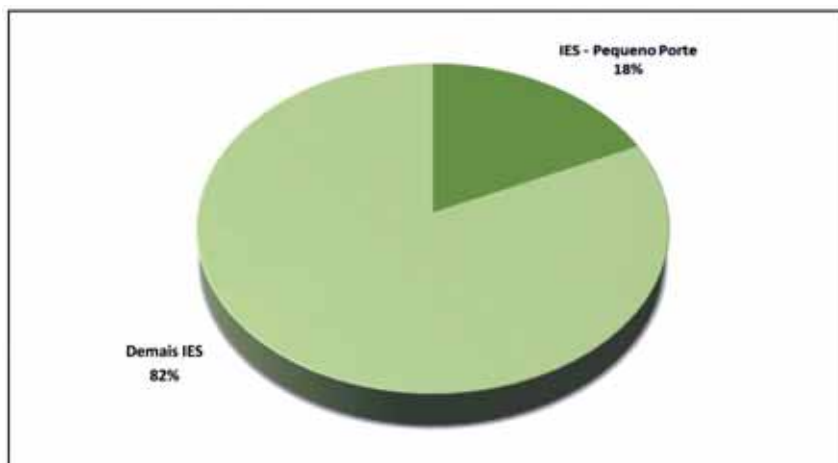
**20. Distribuição de matrículas na rede privada, em percentuais, em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Os gráficos acima mostram a distribuição das matrículas nas PMIES por região *versus* o total de matrículas, também por região. Podemos observar que, em números absolutos, a região do país que mais concentra alunos matriculados em PMIES é a Sudeste, com 461 matrículas em toda a rede e 416 matrículas nas IES privadas. No entanto, em termos percentuais, o Sudeste tem a menor participação, pois a região detém apenas 16% do total de matrículas em PMIES no total e 18% na rede privada. A região com maior participação de matrículas das PMIES é a Centro-Oeste, pois suas 114 matrículas representam 21% do total de alunos matriculados na região; se considerarmos apenas a rede privada, a região que concentra o maior percentual de alunos matriculados em PMIES de pequeno e médio porte é a Nordeste, com 31%.

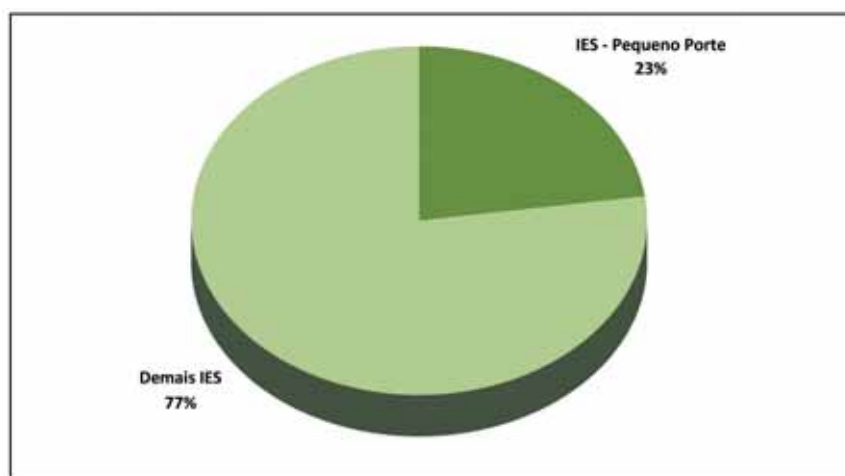
**21. Distribuição das matrículas por porte de instituição (IES públicas e privadas)  
Brasil - 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Evidentemente, sendo de pequeno e médio porte, essas IES detêm uma fatia reduzida do total de alunos matriculados no país: apenas 18%. O fato das PMIES representarem 63% do total de instituições, mas concentrarem um percentual relativamente reduzido de matriculados demonstra a grande pulverização ainda existente no Ensino Superior brasileiro.

**22. Distribuição das matrículas por porte de instituição (apenas IES privadas)  
Brasil - 2012**

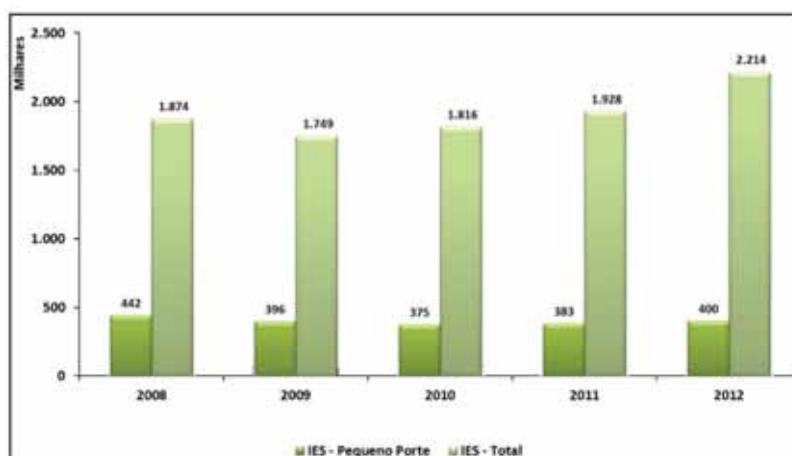


Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Na rede privada, a representatividade das matrículas nas PMIES é maior, se comparada ao total de IES: 23%.

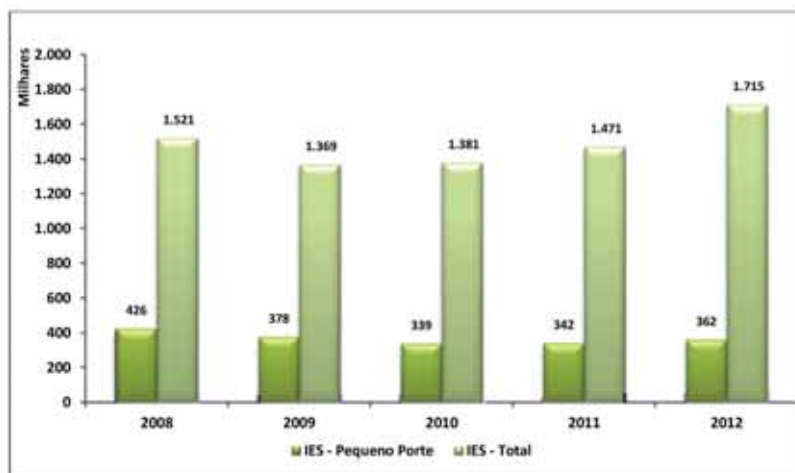
## 1.5. INGRESSANTES

### 23. Evolução dos ingressantes em cursos presenciais no Brasil – 2008 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

### 24. Evolução dos ingressantes em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2008 - 2012

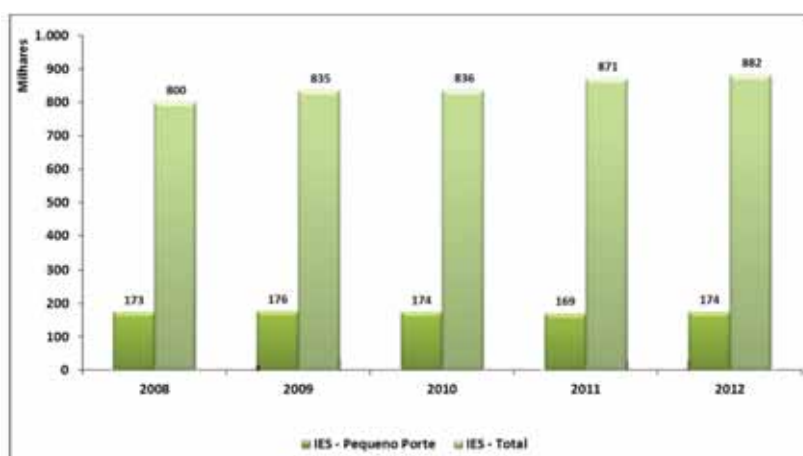


Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

Nos últimos cinco anos, as PMIES da rede privada apresentaram queda de 15% no número de ingressantes. Já as instituições acima de 3 mil alunos apresentaram crescimento de 12%. No geral (rede privada e pública), as pequenas e médias tiveram queda de 9% nos ingressantes e as demais IES tiveram crescimento de 18% no número de ingressantes entre 2008 e 2012.

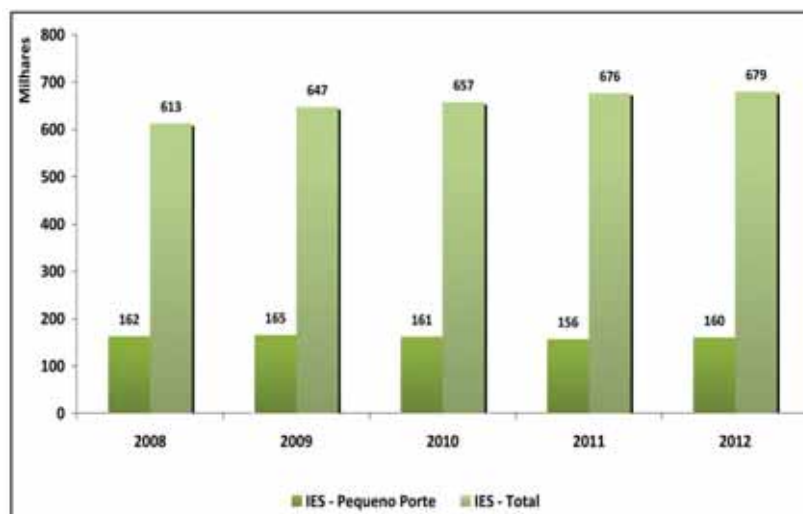
## 1.6. CONCLUINTE

### 25. Evolução dos concluintes em cursos presenciais no Brasil – 2008 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

### 26. Evolução dos concluintes em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2008 - 2012



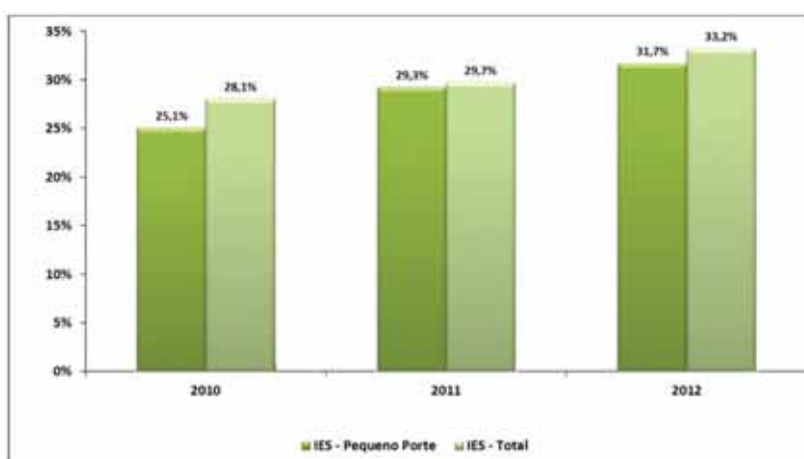
Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise



Nos últimos cinco anos, o número de concluintes das PMIES no Brasil está praticamente estagnado, tanto quando consideramos o quadro geral (IES públicas e particulares) como apenas na rede privada. Em 2012, 160 mil pessoas concluíram o ensino superior em uma PMIES, contra 680 mil que finalizaram em uma instituição acima de 3 mil alunos.

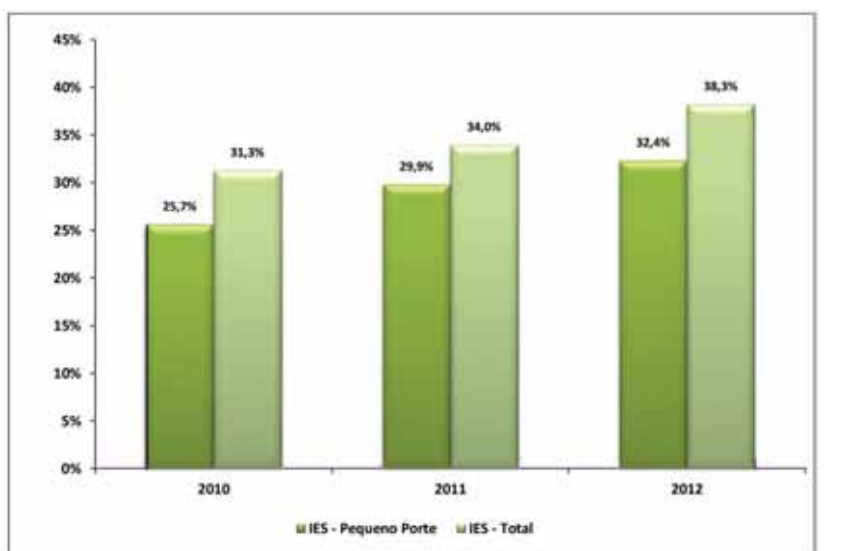
## 1.7. EVASÃO<sup>1</sup>

### 27. Evolução da evasão em cursos presenciais no Brasil – 2010 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

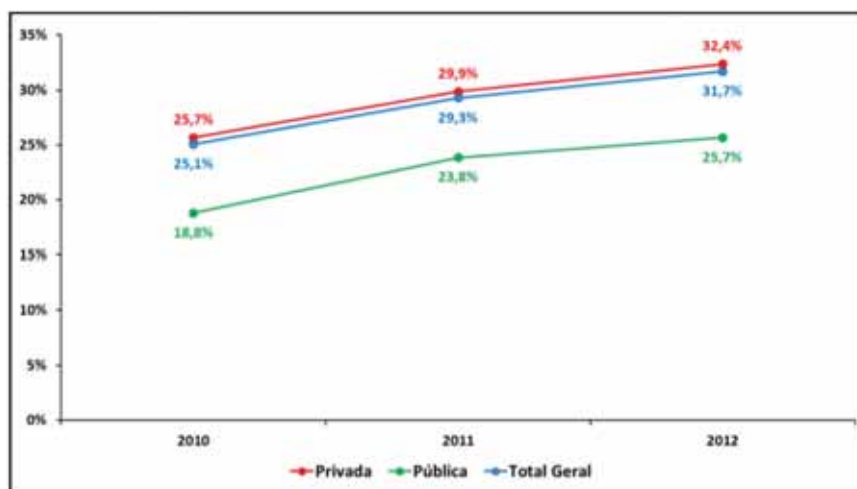
### 28. Evolução da evasão em cursos presenciais na rede privada no Brasil – 2010 - 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertise

<sup>1</sup> A taxa de evasão foi calculada da seguinte forma: Taxa de Evasão = (Matrículas Trancadas + Desvinculado Curso + Falecidos) / (Total de Matrículas).

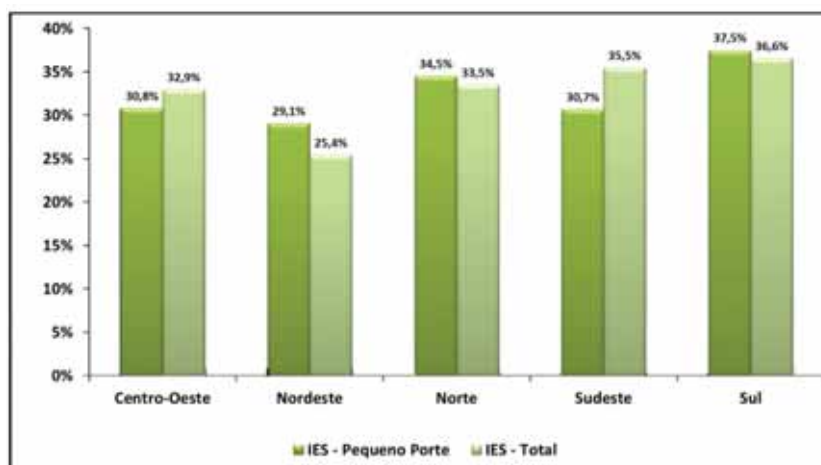
**29. Evolução da evasão nas PMIES em cursos presenciais por categoria administrativa no Brasil – 2010 - 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertises

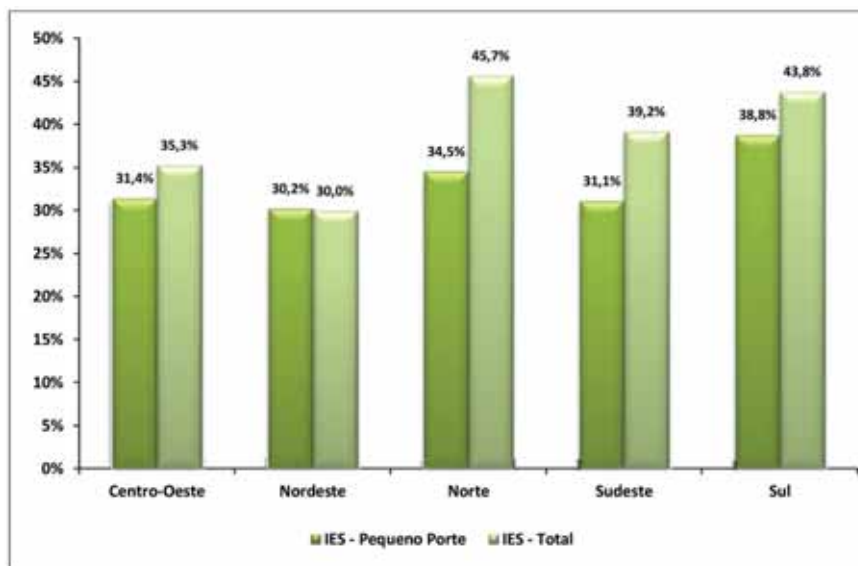
A evasão é crescente no Brasil, levando em consideração os diferentes portes das instituições de ensino e as diversas categorias administrativas. Embora a evasão seja mais elevada na rede privada, mesmo no ensino público e gratuito, as taxas também são significativas e crescentes. No entanto, as PMIES têm evasão ligeiramente inferior ao total do segmento, especialmente na rede particular. Uma possível explicação é o atendimento diferenciado que uma IES de pequeno porte pode prestar aos seus alunos.

**30. Taxa de evasão em cursos presenciais por regiões no Brasil – 2012**



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertises

### 31. Taxa de evasão em cursos presenciais na rede privada por regiões no Brasil – 2012



Fonte: Inep-MEC/Instituto Expertises

O Nordeste é a região que apresenta menor taxa de evasão, tanto no geral quanto na rede privada e também entre as PMIES. Quando consideramos todo o sistema, com IES públicas e privadas, a região Sul apresenta as taxas mais elevadas de evasão; ao levar em conta apenas a rede privada, as maiores taxas de evasão estão concentradas da região Norte. Entre as pequenas e médias instituições, na rede privada, as taxas mais elevadas de evasão estão concentradas nas regiões Sul (38,8%) e Norte (34,5%).

#### 1.8. RESULTADOS NOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO: CPC E IGC

O Índice Geral de Curso (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) são os indicadores mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Superior Brasileira (Sinaes), definidos na Portaria nº 40, de 2008, e vêm se tornando referência para uma série de medidas regulatórias tomadas recentemente pelo Ministério da Educação.

O CPC é resultado da combinação de diferentes parâmetros: desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), consideradas as provas de formação geral e do componente específico da área de formação; os resultados dos quesitos referentes à infraestrutura e aos planos de ensino, obtidos por meio das respostas dos alunos ao questionário socioeconômico do Enade; e a titulação e o regime de trabalho do corpo docente, obtidos por meio dos dados do Censo do Ensino Superior, com os pesos seguindo tabela abaixo:

### 32. CPC – Variáveis e pesos

Variáveis que compõem o CPC	Pesos
Nota Concluintes – Enade	20%
IDD	35%
Infraestrutura (Questões da Infraestrutura do questionário socioeconômico do Enade)	7,5%
Organização Didático-Pedagógica (Questões da Organização Didático-Pedagógica do questionário socioeconômico do Enade)	7,5%
Doutores	15%
Mestres	7,5%
Regime de Trabalho	7,5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Instituto Expertise

O IGC é obtido pela média ponderada dos CPCs (a ponderação é feita com base no número de alunos matriculados em cada curso) adicionada da média ponderada do conceito Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (quando existem na instituição).

O resultado final do CPC e do IGC é composto por valores contínuos, que variam de 0 a 500. Esses valores são encaixados em faixas, que variam de 1 a 5, conforme a tabela abaixo:

### 33. Resultado Final do CPC e do IGC

CPC/IGC - Faixas	CPC/IGC - Contínuo
1	0,0 a 94
2	95 a 194
3	195 a 294
4	295 a 394
5	395 a 500

Fonte: Instituto Expertise

Uma nota inferior a 3, considerada como desempenho insatisfatório pelo Ministério da Educação, tem como resultado diversas sanções para cursos e IES, tais como a impossibilidade de utilizar o Fundo de Desenvolvimento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), a redução de vagas e até mesmo a perda de autonomia universitária. Além disso, cursos e instituições com CPC e IGC inferior a 3 são obrigados a requerer renovação de reconhecimento ou credenciamento, no prazo de até trinta dias da publicação do indicador. Outra obrigatoriedade é a elaboração de um plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso ou da instituição.

### 34. Desempenho das IES privadas no IGC, considerando os Enades de 2009, 2010 e 2011

IGC Faixa	IES com até 3 mil alunos	IES com mais de 3 mil alunos
1	0,4%	0,3%
2	37,7%	18,2%
3	53,6%	64,6%
4	7,5%	14,3%
5	0,7%	2,6%

Fonte: Semesp

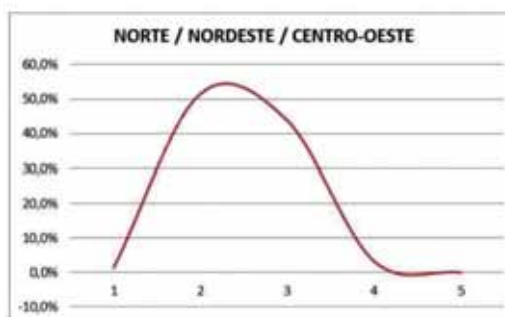
Como é possível observar na tabela acima, de 2009 a 2011, as notas do Índice Geral de Cursos (IGC) das pequenas e médias instituições particulares de Ensino Superior somavam mais avaliações negativas frente à média do Brasil. Isso significa que os atuais indicadores que compõem o CPC/IGC, bem como seus respectivos pesos, favorecem claramente as IES de grande porte.

Mais de 38% das PMIES têm IGC 1 e 2, considerados insatisfatórios pelo MEC. Já entre as IES com mais de 3 mil alunos, menos de 19% apresentam notas 1 e 2. Esse fenômeno está relacionado a diversos fatores, entre eles a dificuldade de contratação de professores titulados. A disparidade de distribuição de doutores nas diferentes regiões do Brasil é refletida claramente no CPC dos cursos, como podemos verificar nos gráficos abaixo.

### 35. Desempenho das IES privadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no CPC – 2010 (Enade 2009)

Faixas	CPC
1	1,3%
2	51,6%
3	43,8%
4	3,3%
5	0,0%

Fonte: Semesp



### 36. Desempenho das IES privadas das regiões Sudeste e Sul no CPC – 2010 (Enade 2009)

Faixas	CPC
1	0,7%
2	29,6%
3	56,6%
4	12,3%
5	0,7%

Fonte: Semesp



Os gráficos anteriores retratam a média do CPC do ciclo avaliativo das IES privadas, que contempla o Enade da área das Ciências Sociais Aplicadas – que concentra a maior quantidade de cursos e alunos do país. Eles têm clara correlação com a distribuição dos doutores pelas diferentes regiões do Brasil. Enquanto as IES privadas do Sudeste contam com 62% dos doutores, as instituições do Norte têm apenas 4% deles. Sendo assim, Sul e Sudeste têm apenas 30% das IES com CPC insatisfatório (nas faixas 1 e 2), enquanto o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste concentram 53% de IES com CPC 1 e 2.

## 2. PERFIL ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS PMIES

### 2.1. INDICADORES FINANCEIROS

Para uma melhor análise do perfil econômico-financeiro das PMIES com até 3 mil alunos, foram construídos três recortes, com base em um universo de 1.067 instituições, no ano de 2011.

O primeiro recorte considerou o universo total das instituições com até 3 mil alunos. O segundo avaliou apenas as instituições que apresentaram lucratividade<sup>2</sup> não superior a 50% da receita líquida e não inferior a 50% da receita líquida. Nessa análise foram consideradas 975 instituições, correspondendo a 91,4% do total.

Já o terceiro recorte conta apenas com as instituições que apresentaram lucratividade não superior a 30% da receita líquida e não inferior 30% da receita líquida. Nesse diagnóstico foram consideradas 779 instituições, correspondendo a 73% do total.

A elaboração desses recortes teve como objetivo eliminar, principalmente, o efeito das instituições de nicho cuja estratégia é a oferta de cursos com alta especificidade e qualidade, para poucos, porém com tíquete médio elevado, gerando lucratividade muito superior à média.

A seguir são apresentados os resultados do perfil econômico-financeiro das PMIES, sendo os percentuais sempre relativos à receita líquida.

### 37. Perfil econômico-financeiro das PMIES

	Primeiro recorte	Segundo recorte	Terceiro recorte
<b>Tíquete Médio</b>	R\$ 502,72	R\$ 487,64	R\$ 470,40
<b>Despesas com Pessoal</b>	54%	63%	66%
a. Docentes	28%	32%	34%
b. Administrativos	12%	14%	15%
c. Encargos	15%	17%	17%
<b>Despesas com Custeio</b>	17%	20%	20%
<b>Outras Despesas</b>	12%	14%	15%
<b>Lucratividade</b>	16%	3%	-1%
<b>Investimentos</b>	7%	7%	6%
<b>Geração de Caixa</b>	9%	-4%	-7%

Fonte: Semesp

<sup>2</sup> Lucratividade = receita líquida – (despesas com pessoal + despesas com custeio + outras despesas)

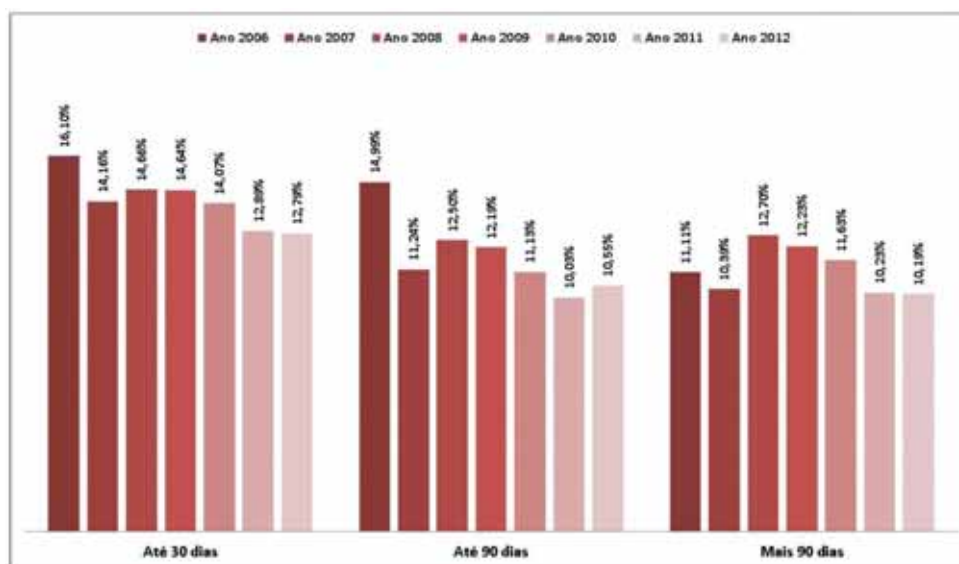
Como se pode observar nos resultados, extraindo os efeitos das “IES de nicho” – também conhecidas como de “boutique” –, percebe-se que, na média, há deterioração da saúde financeira das pequenas IES. Tanto a lucratividade, a geração de caixa e o tíquete médio caem significativamente, demonstrando a dificuldade financeira das PMIES não posicionadas como de nicho.

## 2.2. INADIMPLÊNCIA

As taxas de inadimplência no Ensino Superior em 2012 ficaram acima da taxa de inadimplência de pessoas físicas no país – mas acima, pois a diferença, que era de quase 4 pontos percentuais em 2010, em 2012 ficou em apenas 0,43 ponto percentual.

Os gráficos a seguir destacam a inadimplência em IES de pequeno porte (até 3 mil alunos matriculados), médio porte (até 7 mil alunos matriculados) e grande porte (acima de 7 mil alunos matriculados) no período de 2006 a 2012.

### **38. Inadimplência em IES de pequeno porte no Brasil – 2006 - 2012**



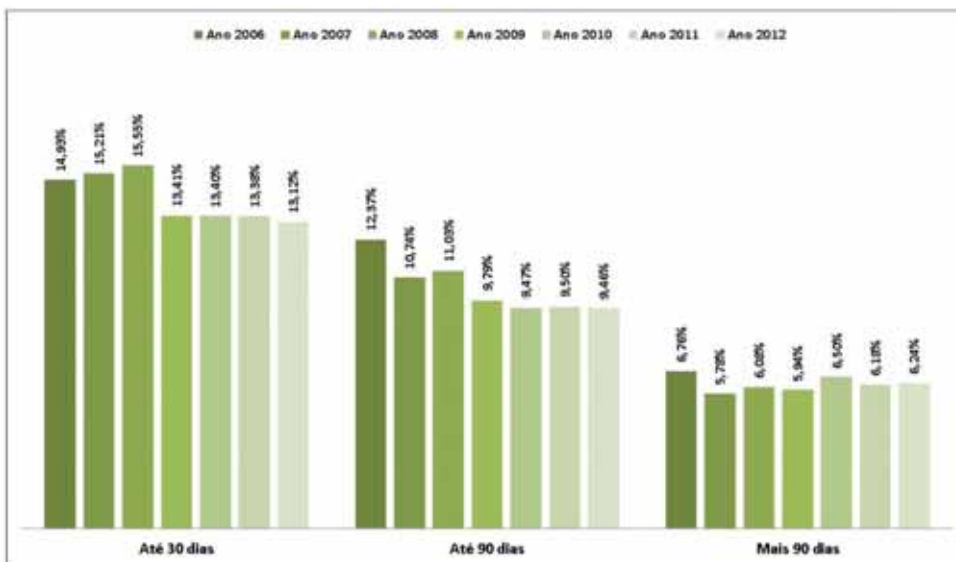
Fonte: Semesp

A inadimplência das pequenas e médias instituições de ensino superior privadas é significativamente mais elevada do que o total do setor. Esse fenômeno pode estar relacionado a diversos fatores. Um deles é o fato de que as pequenas e médias IES contam com mecanismos menos eficientes de cobrança. Além disso, valores elevados de mensalidade podem contribuir com



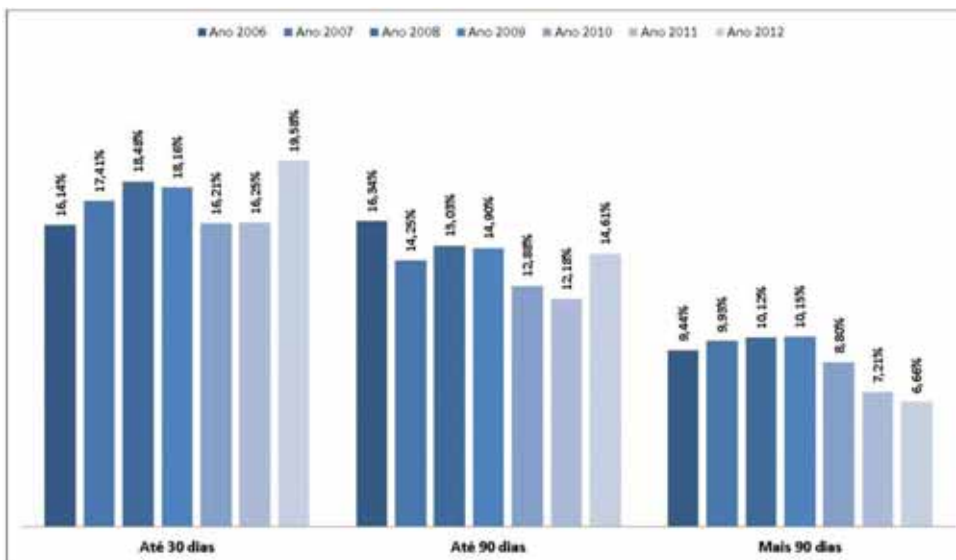
taxas mais altas de inadimplência. Os grandes grupos do Ensino Superior – pelo volume e pela escala – conseguem cobrar mensalidades de menor valor. Apesar de as PMIES porte, com até 3 mil alunos, terem registrado a maior inadimplência para mensalidades em atraso até 90 dias (aumento de 5,18%), houve redução nas taxas de inadimplência acima de 90 dias e de até 30 dias: 0,39% e 0,78%, respectivamente.

### 39. Inadimplência em IES de médio porte no Brasil – 2006 - 2012



Fonte: Semesp/Instituto Expertise

### 40. Inadimplência em IES de grande porte no Brasil – 2006 - 2012



Fonte: Semesp/Instituto Expertise

A inadimplência acima de 90 dias das IES de grande porte, com mais de 7 mil alunos, voltou a registrar queda em 2012, de 7,63%. No entanto, a taxa de inadimplência até 30 dias saiu dos 16,25%, em 2011, e foi para 19,58%, em 2012 – um aumento de 20,49%. A taxa de inadimplência até 90 dias saiu dos 12,18%, em 2011, e foi para 14,61%, em 2012 – um aumento de 19,95%.

### **3. IMPACTO DAS PMIES NA ECONOMIA NACIONAL E REGIONAL**

Nesta análise, comparamos o impacto das pequenas e médias instituições de ensino superior na economia, confrontando municípios sem IES e municípios com oferta de cursos presenciais somente por IES privadas com até 3 mil alunos. Os índices utilizados para avaliar o impacto da presença das IES no desenvolvimento regional foram: PIB (Produto Interno Bruto), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), Renda *per capita* e Percentual de ocupados com ensino superior completo com 18 anos ou mais.

Para analisar o impacto por meio dos diferentes índices levantados, foi utilizado o gráfico de *box plot*, que permite localizar e analisar a alteração de uma variável entre diferentes grupos de dados. O gráfico de *box plot* identifica onde estão localizados os valores mais prováveis, a mediana e os valores extremos, permitindo uma análise segura das hipóteses levantadas. Dentro da caixa do gráfico localizam-se 50% dos valores mais prováveis, mas o gráfico todo, incluindo os valores máximos e mínimos, engloba 95% das observações.

Para cada variável, as análises comparativas foram realizadas com base em três segmentos:

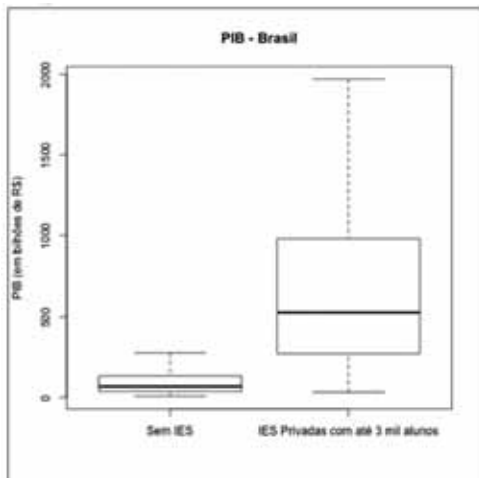
Segmento 1: entre municípios em que não há instituições de ensino superior e municípios em que há apenas IES privadas com até 3 mil alunos, no Brasil;

Segmento 2: entre municípios em que não há instituições de ensino superior e municípios com IES privadas até 3 mil alunos, levando em consideração o tamanho da população (até 50 mil habitantes);

Segmento 3: entre municípios em que não há instituições de ensino superior e municípios com IES privadas até 3 mil alunos, levando em consideração o tamanho da população (de 50 a 150 mil habitantes).

## 41. Produto Interno Bruto (PIB)

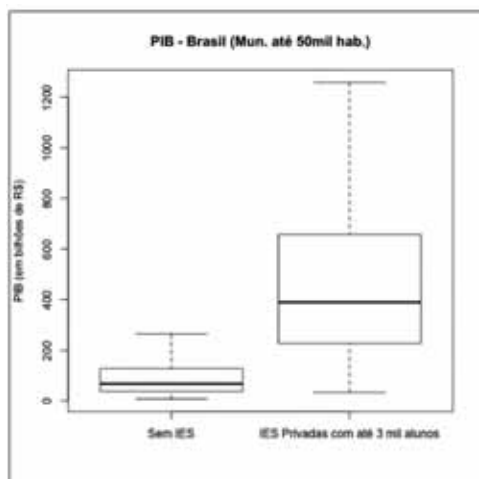
### Segmento 1



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

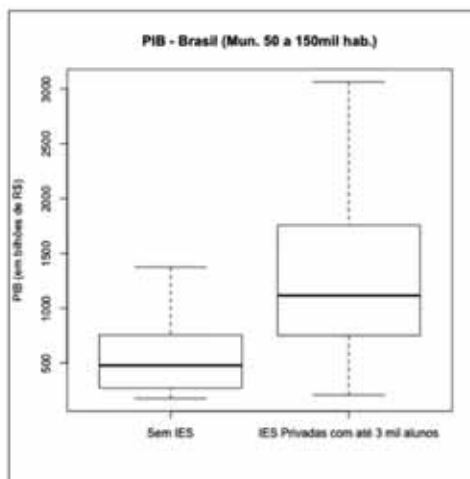
Média - Brasil	
Porte da IES	PIB (em milhares de R\$)
Sem IES	133.066,60
IES Priv. com até 3 mil alunos	867.432,00

### Segmento 2



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

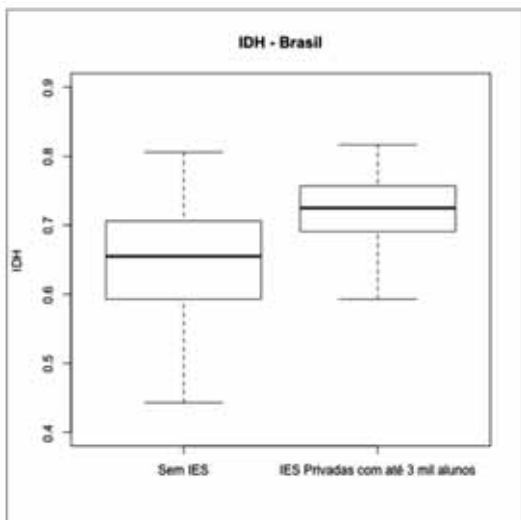
### Segmento 3



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

## 42. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (dados PNUD - Atlas 2013)

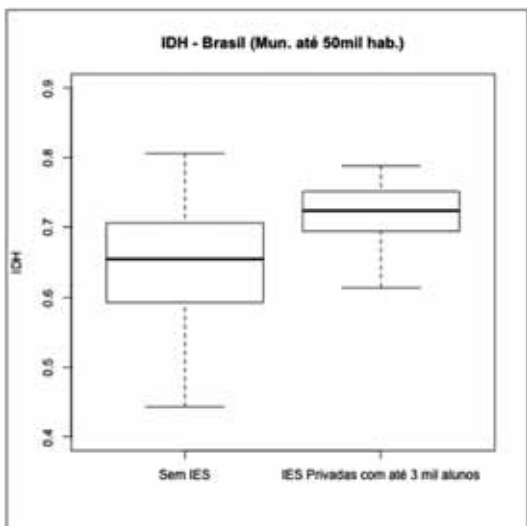
### Segmento 1



Média - Brasil	
Porte da IES	IDH
Sem IES	0,65
IES Priv. com até 3 mil alunos	0,72

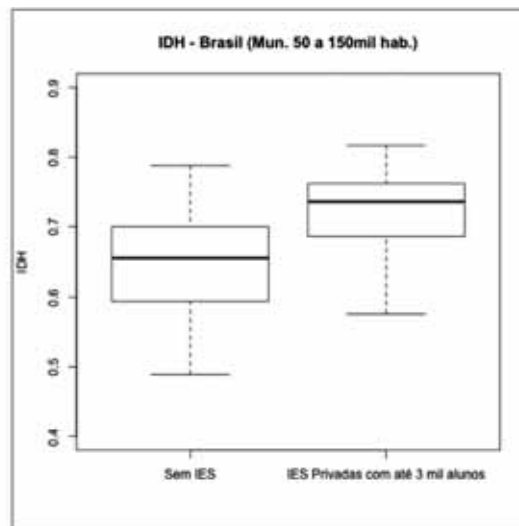
Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

### Segmento 2



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

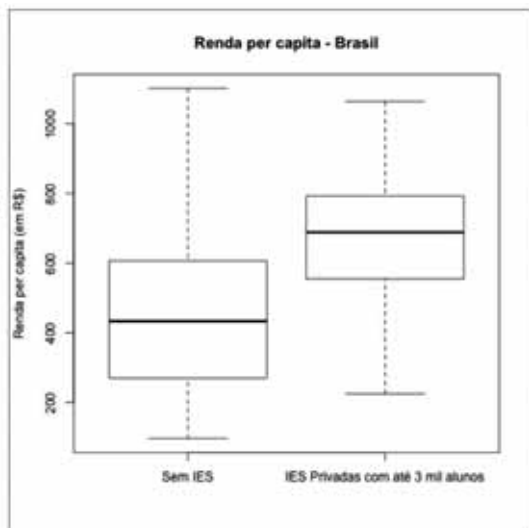
### Segmento 3



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

### 43. Renda per capita

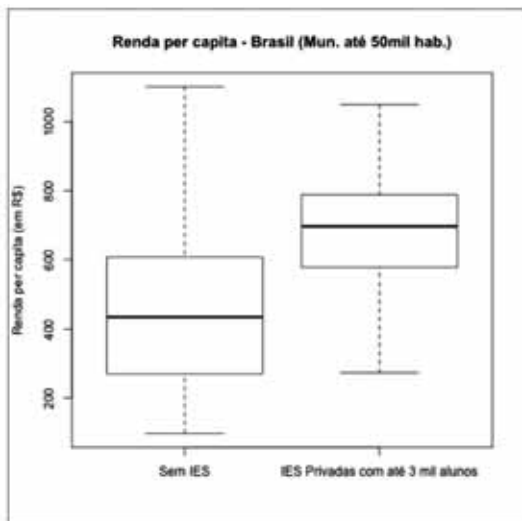
#### Segmento 1



Média - Brasil	
Porte da IES	Renda per Capita (R\$)
Sem IES	457,29
IES Priv. com até 3 mil alunos	667,29

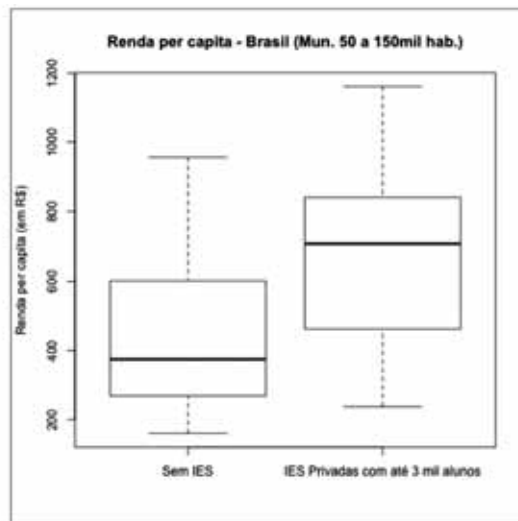
Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

#### Segmento 2



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

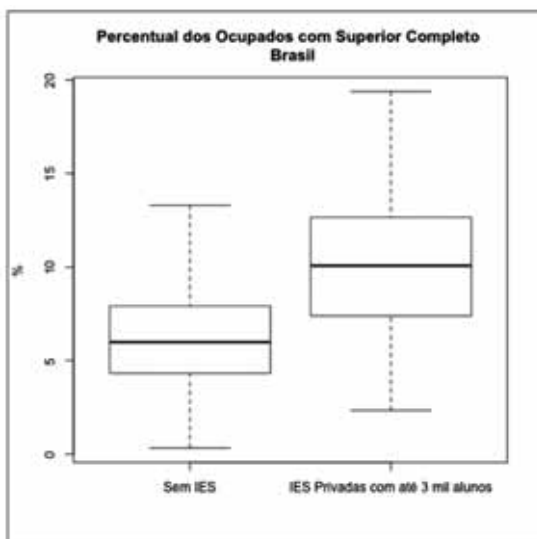
#### Segmento 3



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

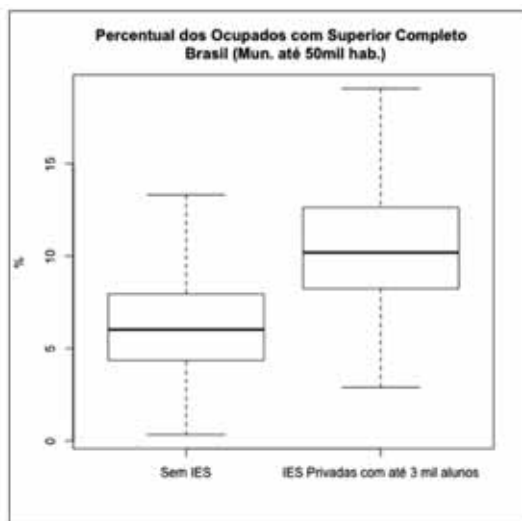
#### 44. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (dados PNUD - Atlas 2013)

##### Segmento 1



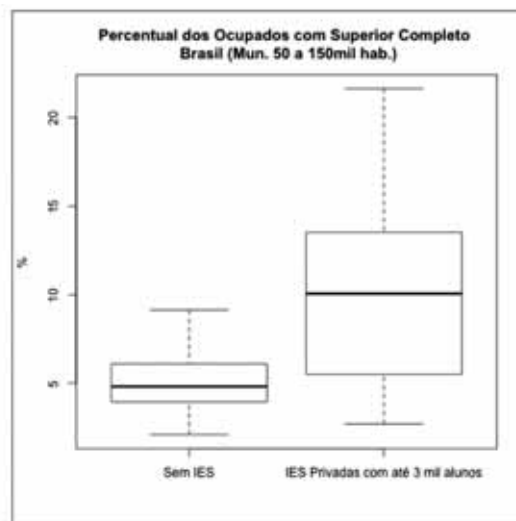
Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

##### Segmento 2



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

##### Segmento 3



Fonte: IBGE – 2010/Instituto Expertise

Analisando as quatro variáveis que indicam desenvolvimento econômico e social (PIB, IDH, Renda per capita e Percentual de ocupados com ensino superior completo), fica evidenciado o impacto gerado pela presença de, pelo menos, uma instituição de ensino superior ofertando cursos de graduação.

Independentemente do porte da instituição, conclui-se com total confiança estatística que a oferta de ensino superior por pequena e médias IES gera aumento da renda local, melhora os indicadores de desenvolvimento social e contribui para a fixação do jovem na região.

Ao elevar a escolaridade dos empregados, a presença do ensino superior torna a região mais competitiva – portanto, com chances muito maiores de desenvolvimento em relação aos locais em que não há presença de instituições de ensino superior.

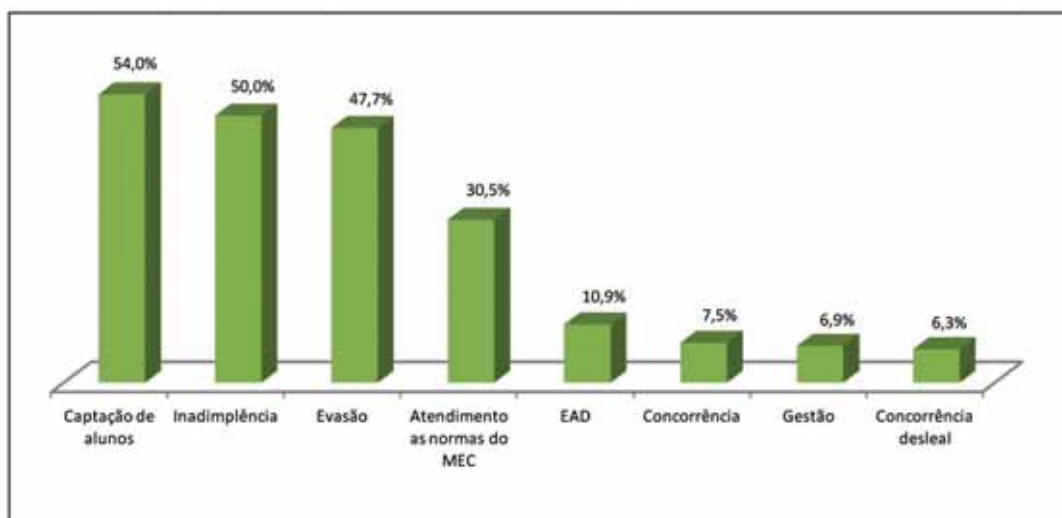
## CAPÍTULO II – ANÁLISE DE CENÁRIO PELAS PRÓPRIAS PMIES

Um verdadeiro diagnóstico das pequenas e médias instituições privadas brasileiras não poderia ser traçado sem ouvir as próprias instituições de ensino. Por conta disso, faz parte deste estudo uma abrangente pesquisa de campo realizada pelo Instituto PHD, em agosto de 2013. A amostragem desta pesquisa de campo, que somou 174 entrevistas, foi distribuída de forma proporcional ao número de pequenas e médias IES existentes em cada região do Brasil e a seus respectivos portes.

A pesquisa de campo foi realizada utilizando duas formas conjuntas de abordagem: aplicação de questionário em sistema *on-line*, através de *Web Survey*, e aplicação de entrevistas complementares por meio da metodologia CATI (por telefone). A participação das instituições de ensino foi gratuita e facultativa. Seu objetivo central foi levantar a própria percepção das PMIES sobre suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como as principais dificuldades enfrentadas por elas. Os dados deste capítulo refletem os resultados obtidos nesta pesquisa de opinião, agrupados numa perspectiva nacional. As mesmas informações aparecem no capítulo V, segmentadas por regiões do Brasil. As respostas são múltiplas em todas as questões que não sejam binárias, por isso a somatória delas é superior a 100%.

### 1. PRINCIPAIS DIFICULDADES

**45.] No geral, quais são as três principais dificuldades que a sua instituição enfrenta no mercado em que atua?**



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

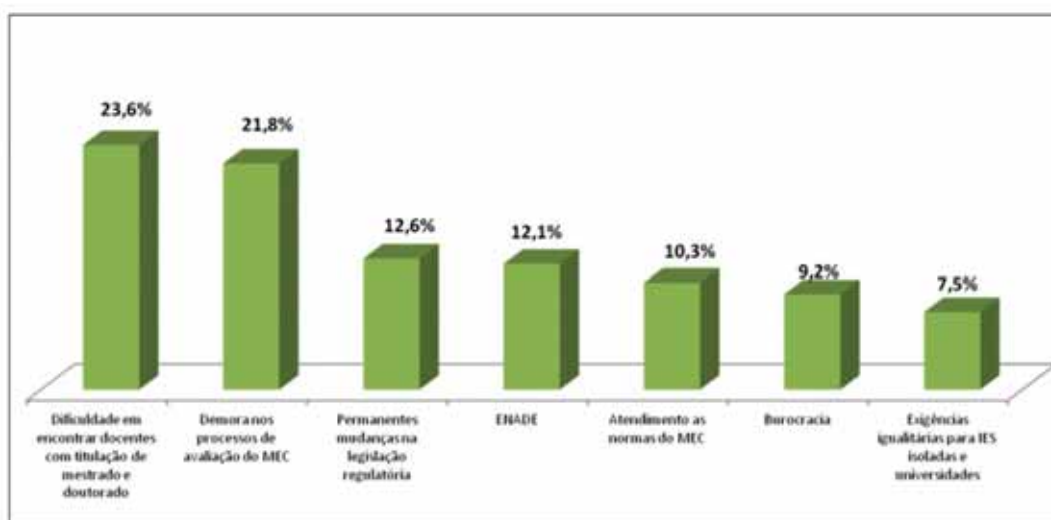


Na percepção das IES pesquisadas, as principais dificuldades estão concentradas na captação de alunos, na inadimplência e na evasão, itens apontados como os mais problemáticos para 54%, 50% e 47% das instituições, respectivamente. As dificuldades com captação de alunos pode estar relacionada a um portfólio de cursos inadequado para a região ou pouco atrativo e desconectado com o mercado de trabalho em que a IES está instalada. Esses problemas também podem estar ligados às dificuldades de estruturar estratégias de marketing, comunicação e publicidade, e de criar ou manter uma central de relacionamento para captação/retenção de alunos. Nesse sentido, as PMIES têm uma virtual impossibilidade de competir com as gigantescas verbas de marketing e campanhas publicitárias milionárias dos grandes grupos atuantes no ensino superior brasileiro.

Outro fator que pode estar relacionado aos três principais problemas trata dos valores de mensalidades, que podem ser altos quando comparados àqueles cobrados pelos grandes grupos educacionais, que conseguem praticar valores menores. A evasão pode estar relacionada também a estruturas curriculares arcaicas e pouco atrativas para os alunos.

Ainda vale destacar que, para 30% das IES pesquisadas, a principal dificuldade é atender às normas do MEC, que, como veremos no próximo gráfico, é um dos grandes problemas das PMIES.

#### **46. Quais são as cinco principais dificuldades REGULATÓRIAS que a sua instituição enfrenta?**

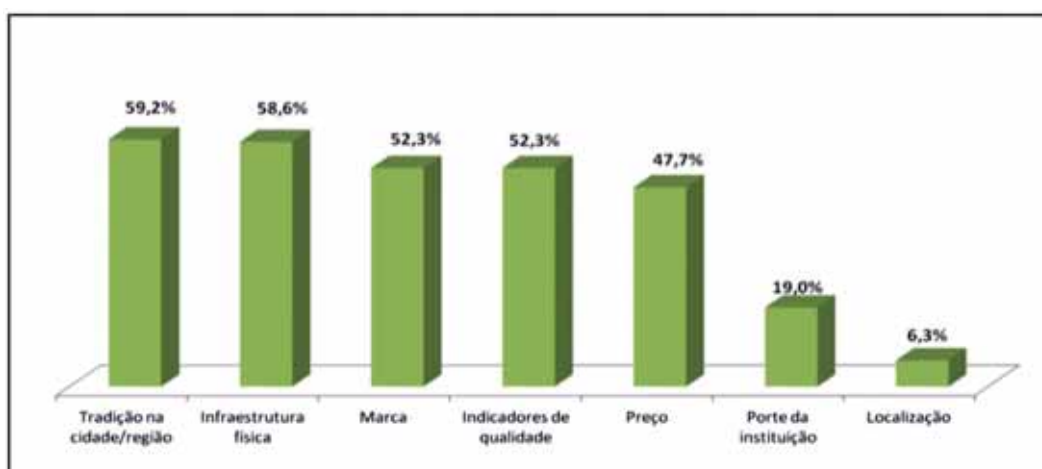


Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

Para 23,6% das pequenas e médias instituições de ensino, a principal dificuldade regulatória enfrentada é encontrar professores com titulação em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Como vimos, essa dificuldade impacta diretamente na baixa avaliação obtida pelas PMIES nos indicadores CPC e IGC, uma vez que 15% da nota do curso dependem da quantidade de doutores que ministram aulas naquele curso e 7,5%, de mestres. Esse item, aliás, foi citado por 7,5% das IES pesquisadas como um dos principais problemas sob a forma de “exigências igualitárias para IES isoladas e universidades”. O segundo principal problema regulatório, apontado por 21,8% das PMIES, é a “demora nos processos de avaliação do MEC”, seguido por “permanentes mudanças na legislação regulatória”, descrita como a maior dificuldade por 12,6% dos gestores das PMIES.

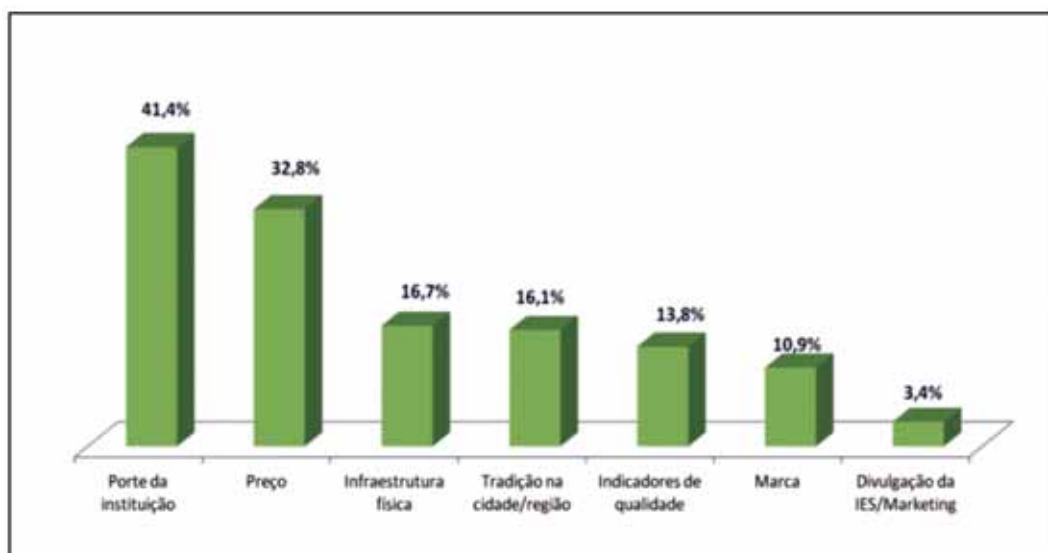
## 2. FORÇAS E FRAQUEZAS

**47.** Em relação à concorrência, na sua opinião, quais são as principais FORÇAS que sua instituição possui?



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

**48.** Em relação à concorrência, na sua opinião, quais são as principais FRAQUEZAS que sua instituição possui?



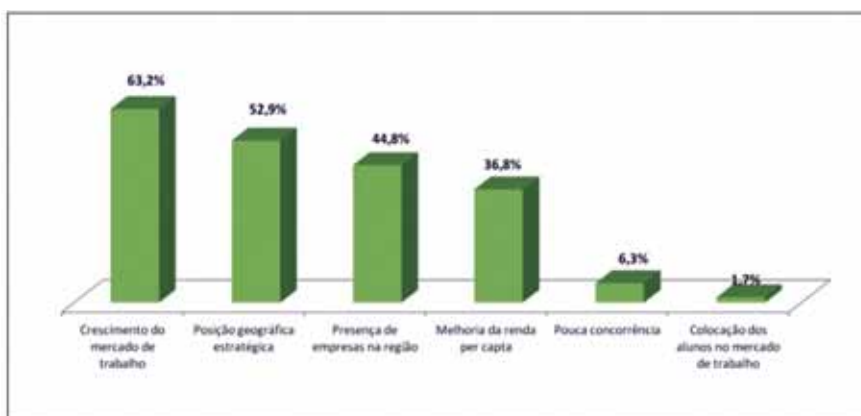
Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

Chama a atenção que, enquanto 12,1% das IES pesquisadas apontaram o Enade como dificuldade regulatória, ao relatar suas FORÇAS frente à concorrência, 52,3% delas afirmaram que são os indicadores de qualidade – sendo que o Enade tem grande peso na composição dos indicadores de qualidade existentes hoje, como CPG e IGC.

O porte da instituição foi apontado como a principal fraqueza frente à concorrência por 41,4% das IES, seguido do valor da mensalidade, apontado como a principal fraqueza por 32,8% dos gestores das PMIES.

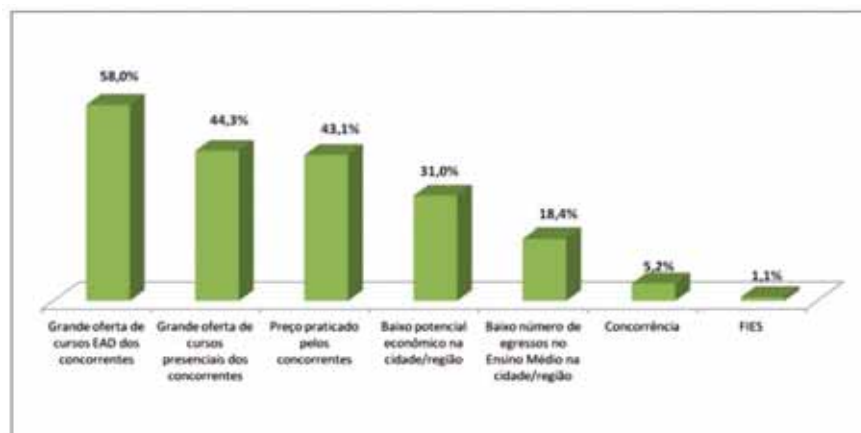
### 3. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

**49.** Na sua opinião, quais são as principais OPORTUNIDADES existentes no mercado onde sua instituição está inserida?



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

**50.** Na sua opinião, quais são as principais AMEAÇAS existentes no mercado onde sua instituição está inserida?



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

Quando perguntadas sobre as principais OPORTUNIDADES no mercado em que atua, o crescimento do mercado de trabalho e a economia do país estável são vistos como fatores que favorecem a atuação das pequenas e médias IES, em especial, com a melhora da renda do brasileiro – embora, entre as AMEAÇAS, o baixo potencial econômico da cidade seja apontado por 31% dos gestores.

A grande oferta de cursos de EAD pelos concorrentes foi apontada por 58% das IES pesquisadas como a maior ameaça, seguida pela concorrência, o que também inclui o terceiro item: o preço praticado pelos concorrentes.

#### 4. LEITURA DA ANÁLISE DE CENÁRIO

Ao fazer uma análise global da percepção das PMIES sobre suas forças e fraquezas, além de oportunidades e ameaças, o quadro global é este:



Verificamos que a própria leitura do cenário que as PMIES fazem pode dificultar as instituições a reverterem o quadro negativo em que se encontram (apontados no Capítulo I deste estudo em relação aos índices de matrículas, ingressantes, evasão e inadimplência).

Ao apontar a tradição na cidade, a infraestrutura e a marca como suas principais forças, as PMIES podem sinalizar que a instituição não está com foco em processos de inovação acadêmica e administrativa. No Brasil, em função da dinâmica do sistema de ensino superior, o mix tradição, infraestrutura e marca não é fator que garanta a competitividade. Há temas relevantes, que poderiam ser explorados como fatores de diferenciação dessas instituições e que, aparentemente, não estão sendo enxergados por elas – empreendedorismo, empregabilidade, modelo de ensino (relação teoria x prática e a forte relação com o setor produtivo), inovações curriculares, uso de metodologias ativas de ensino, relacionamento com os estudantes e com a sociedade, investimento nas pessoas, entre outros. O desafio dos gestores é propor novas dinâmicas. Percebe-se, também, que, na leitura das oportunidades, não foram citadas pelas PMIES, por

exemplo, a educação a distância e o Fies, que estão sendo largamente utilizados pelos grandes grupos educacionais que atuam no Ensino Superior brasileiro.

A expansão do sistema de Ensino Superior no Brasil tem como características: 1) predomínio da expansão das matrículas e do crescimento das instituições, no setor privado; 2) presença marcante de IES de pequeno porte; 3) tendência de consolidação do sistema, em função das aquisições dos grupos educacionais; 4) avanço da oferta de ensino a distância e dos cursos superiores de tecnologia; 5) ampliação dos mecanismos de financiamento; 6) centralização do sistema de ensino superior, em função da legislação educacional; 7) políticas de inclusão social; 8) atuação do governo para ampliar o número de instituições e vagas, do setor público federal; e 9) intensificação do processo de globalização e internacionalização.

A competição, a dinâmica e as turbulências do sistema de ensino superior no país acarretam uma série de dificuldades para as instituições de pequeno porte. Maurício Garcia<sup>3</sup>, em 2005, fez um estudo sobre os segmentos de mercado e assim os classificou: 1) instituições de elite; 2) quadrante dos sonhos; 3) instituições de massa; e 4) quadrante do pesadelo.

As IES estão no quadrante do pesadelo são aquelas que enfrentam dificuldade para serem reconhecidas em função da qualidade educacional. São, geralmente, instituições de pequeno porte, que não têm tradição, reputação nem ganhos de escala. São instituições que, de modo geral, estão localizadas em regiões interioranas, mas contribuem com a dinâmica do local e com a formação de pessoas. A competição das IES de massa (especialmente as que pertencem aos grupos educacionais), os critérios de avaliação do sistema de ensino superior – que não respeitam as diferenças regionais e institucionais –, bem como os custos operacionais são fatores que podem explicar o “pesadelo” indicado por Garcia.

A capacidade de crescimento orgânico, o ganho em escala, os investimentos em marketing e o poder financeiro das IES de massa são fatores que as tornam mais competitivas.

Esse mercado competitivo do ensino superior exige que as IES de pequeno porte tenham capacidade de se adaptar e agir com respostas eficientes às pressões ambientais, com estratégias eficazes. Algumas dessas possibilidades serão apontadas no Capítulo V – Propostas.

---

<sup>3</sup> GARCIA, M. Elaborando o planejamento estratégico. In: GARCIA, M. et al. Gestão Profissional em Instituições Privadas de Ensino Superior. Vila Velha, : Hoper, 2006. p.42

## **CAPÍTULO III – TEMAS RELEVANTES**

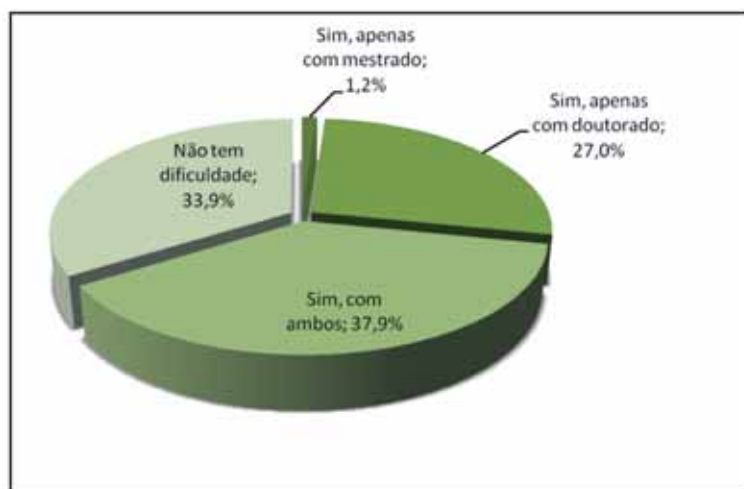
### **1. DOCENTES E AS PMIES**

Compor um corpo docente adequado significa não apenas cumprir as exigências legais, mas formar um grupo que esteja afinado com a estrutura institucional e com seus objetivos, que acabam por se constituir como a identidade da instituição de ensino. Um bom corpo docente é aquele que, além de se identificar com os projetos pedagógicos dos cursos, contribui para seu aperfeiçoamento e gradual eficácia teórica e metodológica.

A referência a essa aderência do perfil docente em face da concepção do projeto pedagógico é relevante na medida em que o projeto pedagógico é socialmente construído e um de seus atores principais é exatamente o grupo de professores que o realiza cotidianamente. São as competências e as habilidades do corpo docente que, afinal, tornam concreto o que é apenas intenção. Projetos pedagógicos e currículos deixam de ser abstrações apenas quando se materializam em forma de práticas e resultados alcançados.

Nesse sentido, a composição do corpo docente adequado é claramente um desafio para as PMIES. Considerando que a quase totalidade dessas IES são faculdades isoladas, é lógico supor que a maioria delas é vocacionada para o ensino e não para a pesquisa. Tal posicionamento tem como consequência um corpo docente formado, em sua maioria, por professores que também exercem outras atividades profissionais, além da docência, e são, portanto, menos titulados e em geral contratados como horistas; e mais: a maioria das PMIES está fora dos grandes centros urbanos. Contratar muitos docentes titulados nem sempre é uma possibilidade em determinadas cidades ou regiões. A região Norte do Brasil tem muito menos doutores disponíveis do que a Sudeste, como será possível observar nos gráficos adiante. E mesmo em um estado como São Paulo, a mão de obra mais qualificada não é a mesma na capital e em uma pequena cidade do interior. Não é à toa que, quando questionadas se tinham dificuldades em contratar professores titulados, as PMIES que participaram da pesquisa de campo responderam da seguinte forma:

**51. Sua instituição tem dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado? (Brasil)**



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

O gráfico acima demonstra que, das PMIES pesquisadas, 66% no país todo afirmaram encontrar dificuldades de contratar professores titulados. Quando dividimos esta questão por região, as desigualdades regionais ficam mais evidentes.

**52. Sua instituição tem dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado? (Por região)**

Tem dificuldade de contratar mestres e doutores?	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Sim, apenas com mestrado	--	--	--	1,4	2,2	1,2
Sim, apenas com doutorado	28,6	29,0	8,3	33,3	20,0	27,0
Sim, com ambos	50,0	35,5	91,7	27,8	37,8	37,9
Não tem dificuldade	21,4	35,5	--	37,5	40,0	33,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

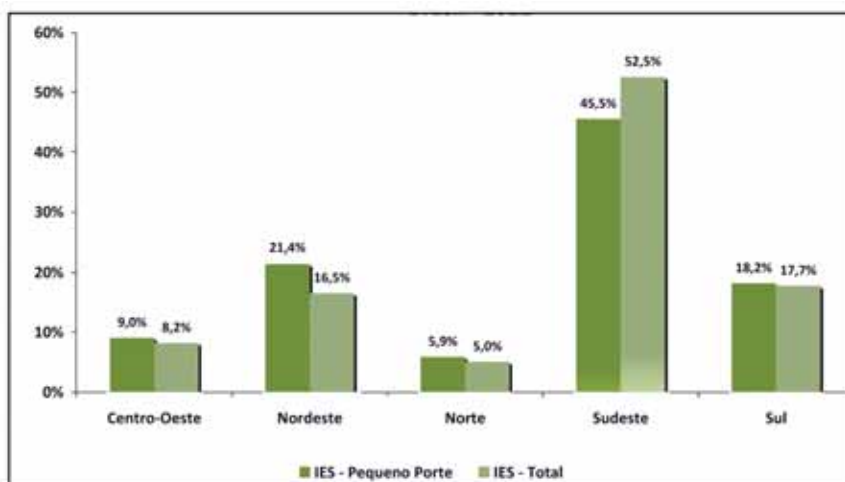
Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

A Região que tem mais dificuldade de encontrar docentes titulados é a Centro Oeste; a com menos dificuldade é a Sul. Vale destacar que as exigências de mestres e doutores são as mesmas em qualquer região do Brasil.



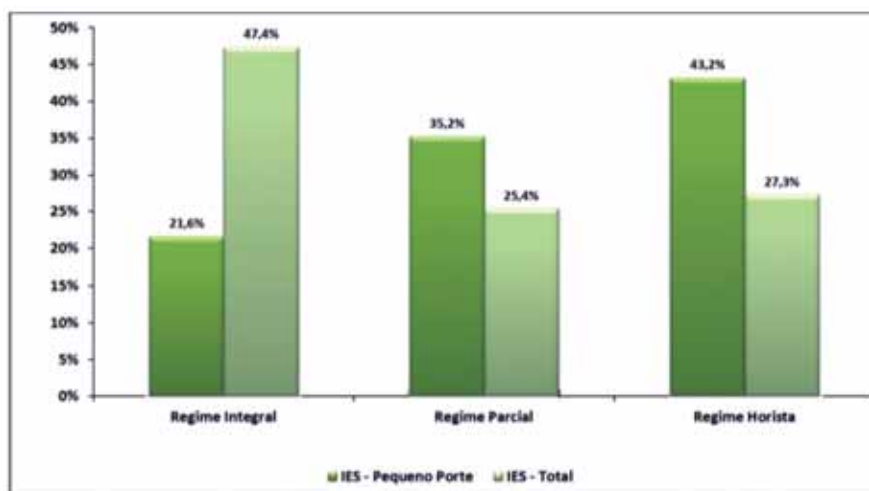
Como vimos, essa dificuldade impacta diretamente na baixa avaliação obtida pelas PMIES nos indicadores CPC e IGC. Os gráficos a seguir, que trazem dados da distribuição dos docentes por titulação e regime de trabalho, oriundos do Censo da Educação Superior, ilustram esse quadro e tornam visíveis as dificuldades das PMIES referentes a esse tema.

### 53. Distribuição do corpo docente nas IES privadas por regiões no Brasil – 2012



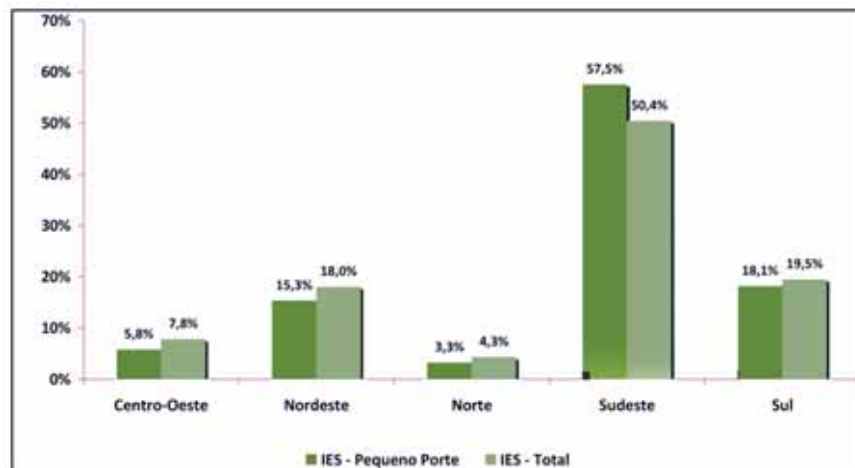
Fonte: Inep/Instituto Expertise

### 54. Distribuição do corpo docente nas IES privadas por regime de trabalho no Brasil – 2012



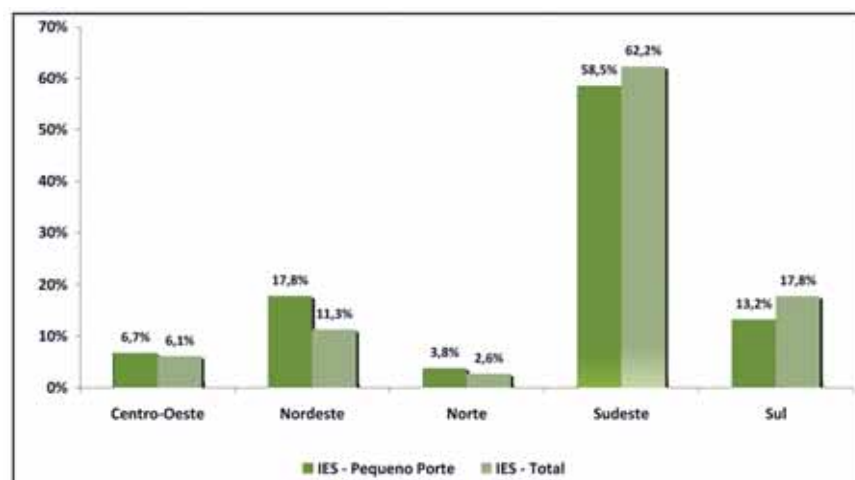
Fonte: Inep/Instituto Expertise

### 55. Distribuição dos doutores nas IES (públicas e privadas) por regiões no Brasil – 2012



Fonte: Inep/Instituto Expertise

### 56. Distribuição dos doutores nas IES privadas por regiões no Brasil – 2012



Fonte: Inep/Instituto Expertise

O número de mestres e doutores formados pelas universidades brasileiras mais que quadruplicou em 15 anos, passando de 13.219, em 1996, para 55.047, em 2011 — aumento de 312% —, segundo o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. No entanto, como podemos observar nos gráficos acima, a distribuição desses doutores pelo país acompanha as desigualdades regionais. Curiosamente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o percentual de doutores nas PMIES é um pouco mais elevado do que no restante do sistema. Mas o relevante nos gráficos acima não é a diferença de doutores entre as IES de diferentes portes, e sim as enormes disparidades regionais encontradas entre a distribuição de doutores. Nas IES privadas e de pequeno porte, o percentual de doutores na região Sudeste é de 58,5%, enquanto na região Norte é de apenas 3,8%. Há também grandes disparidades no regime de trabalho. Enquanto 47% são integrais nas IES de grande porte, as pequenas e médias

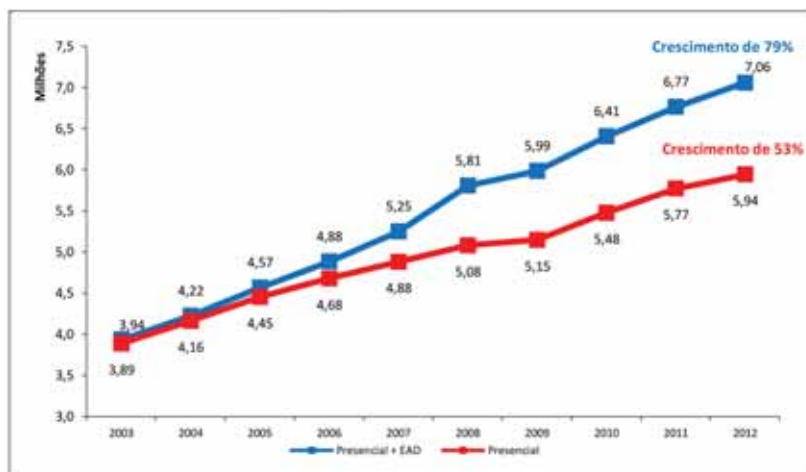
IES detêm somente 21% de professores em regime integral. Como destacamos anteriormente, tais diferenças têm impacto direto nos indicadores de avaliação CPC e IGC.

## 2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AS PMIES

A Educação a Distância (EAD) não é um fenômeno novo, do ponto de vista histórico. No Brasil, já houve experiências de sucesso em EAD por correio, rádio e televisão, com apoio de materiais impressos de várias configurações, para o estudo de milhares de alunos em cem anos de história. Mas com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e sua incorporação na educação, o ensino a distância tornou-se tendência em muitos países, inclusive no Brasil. A EAD pode ser vista pelas instituições como uma oportunidade de atingir um público maior e diferenciado, possibilitando atender uma demanda crescente de democratização do acesso ao ensino superior. As soluções tecnológicas trouxeram também recursos de interação e interatividade, que tornaram possível prever condições de ensino independentemente do local onde o aluno se encontra e também com bastante flexibilidade em relação ao tempo em que as atividades são desenvolvidas.

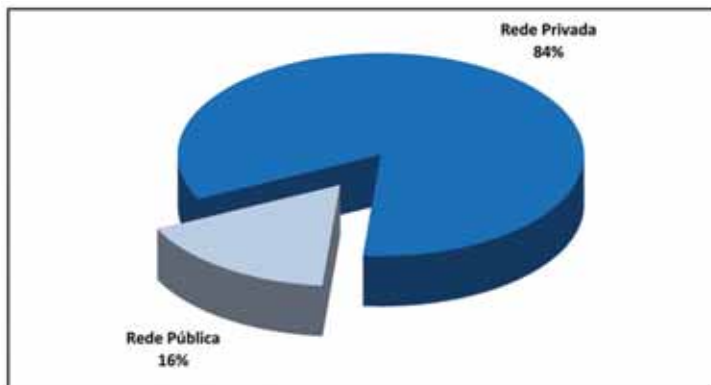
No Brasil, o que também ajudou a impulsionar essa modalidade foram os programas voltados para a formação de professores das universidades públicas, além dos valores de mensalidade atrativos cobrados pela maior parte das IES que ofertam cursos 100% a distância. Sendo assim, a EAD cresceu mais que a educação presencial entre 2011 e 2012. Em um ano, houve um aumento de 12,2% nas matrículas da EAD, enquanto a educação presencial cresceu 3,1%. Apesar do crescimento, o ensino a distância ainda representa apenas 15,8% das matrículas. Os dados são do Censo da Educação Superior de 2012, divulgados em setembro de 2013, pelo Ministério da Educação (MEC).

### 57. Comparativo da evolução das matrículas no Brasil – 2003 - 2012



Fonte: Inep/Instituto Expertise

**58. Distribuição das matrículas em EAD por categoria administrativa no Brasil - 2012**

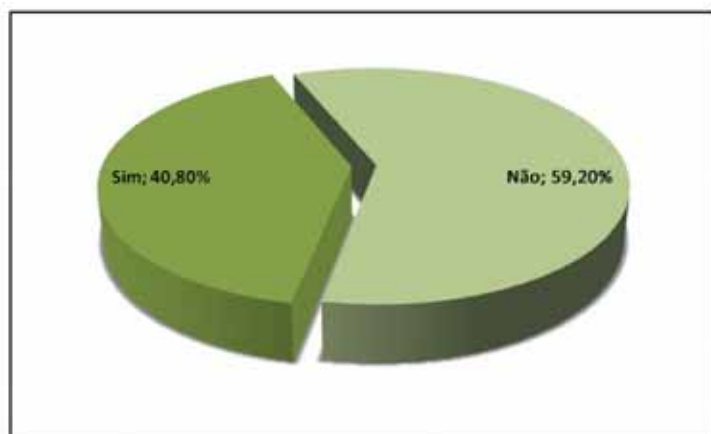


Fonte: Inep/Instituto Expertise

Como verificamos nos gráficos anteriores, em uma década, o crescimento acumulado da EAD foi de 79%, passando de 4 milhões de matrículas para 7 milhões, sendo a rede privada responsável por 84% das vagas on-line.

Sabemos que, por questões regulatórias, não é fácil para as PMIES credenciarem cursos 100% a distância. Uma alternativa para elas seria utilizar a EAD nos 20% da carga horária dos cursos presenciais já reconhecidos pelo Ministério da Educação; no entanto, na pesquisa de campo realizada, quando perguntamos se as IES faziam uso da EAD nessas condições, praticamente 60% responderam que não.

**59. A sua instituição faz uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais?**



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 60. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais, por regiões

Usa EAD em 20% da carga horária dos cursos presenciais?	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Sim	28,6	35,5	25,0	44,4	46,7	40,8
Não	71,4	64,5	75,0	55,6	53,3	59,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

Quando analisamos o uso da EAD nos 20% da carga horária dos cursos presenciais, observamos que a Região Sul é a que mais utiliza (46,7%) e a Região Norte, a que menos faz uso dessa modalidade de ensino (25,0%); mas o uso também não é realizado por 75,0% das IES pesquisadas da Região Centro-Oeste e por 64,5% das do Nordeste. Entre aqueles que marcaram “não” como resposta, foram pesquisados os motivos, apontados na tabela a seguir.

### 61. Motivos de não utilizar a EAD dentro dos 20% da carga horária nos cursos presenciais

Respostas	(%)
Está implementando o projeto	20,2
Não tem infraestrutura	14,6
Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm	10,7
Ainda não tem o projeto/interesse	8,7
Não tem demanda para curso EAD/Rejeição dos alunos	5,8
A grade curricular está voltada para aulas presenciais	5,8
Tem poucos cursos sendo oferecidos	2,9
Por opção dos docentes	2,9
Desconhece os informes	2,9
O tipo de curso não possibilita (medicina, odontologia)	2,9

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

## 62. Cruzamento: Regiões x Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%

Motivos por não usar EAD	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Está implementando o projeto	20,0	30,0	22,3	22,5	8,2	20,2
Não tem infraestrutura	--	20,0	33,3	12,5	12,5	14,6
Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm	10,0	5,0	--	15,0	12,5	10,7
Ainda não tem o projeto/interesse	10,0	5,0	11,1	7,5	12,5	8,7
Não tem demanda para curso EAD/Rejeição dos alunos	--	--	11,1	10,0	4,2	5,8
A grade curricular está voltada para aulas presenciais	--	15,0	--	2,5	8,3	5,8
Tem poucos cursos sendo oferecidos	--	--	--	2,5	8,3	2,9
Por opção dos docentes	10,0	--	--	5,0	--	2,9

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

Embora 20% dos gestores tenham afirmado que estão implementando o projeto, verificamos que ainda é relativamente pequeno o número de PMIES que utilizam a EAD, mesmo no percentual permitido dentro dos cursos presenciais. O uso da EAD nos 20% da carga horária dos cursos presenciais poderia contribuir para solucionar vários problemas apontados pelas próprias IES em sua análise de cenário de fraquezas e ameaças. Por meio da EAD seria possível, por exemplo, contratar docentes com mestrado e doutorado de outras cidades/regiões. Dependendo do modelo adotado, a EAD também poderia contribuir no processo de redução de custos, o que tornaria as IES mais competitivas, auxiliando-as nos processos de captação, retenção e redução da inadimplência.

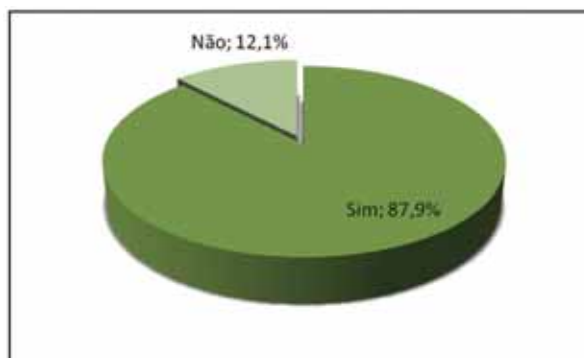
Quando analisamos os motivos apontados para a não utilização da EAD, percebe-se a reprodução de preconceitos (“Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm”) ou mesmo desconhecimento das possibilidades de organização curricular (“a grade curricular está voltada para aulas presenciais”).

### 3. PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E AS PMIES

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento por parte do Ministério da Educação. Tais cursos são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como *Master Business* – (MBA) . São programas com duração mínima de 360 horas e, ao final do curso, o aluno obtém um certificado e não um diploma. Como se vê, é o tipo de curso superior com menos amarras regulatórias existente no país e, como demonstrado no gráfico abaixo, é largamente ofertado por pequenas e médias instituições de ensino. Os dados levantados na pesquisa de campo referentes à pós-graduação *lato sensu* mostram que, quando têm a oportunidade e a liberdade regulatória, as pequenas IES fazem uso delas. Tanto que 88% delas ofertam cursos de pós-graduação *lato sensu*.

#### 63. Sua instituição oferta cursos de pós-graduação *lato sensu*?



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

#### 64. Cruzamento: Regiões x oferta cursos de pós-graduação *lato sensu*?

Oferta pós-graduação <i>lato sensu</i> ?	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Sim	85,7	90,3	100,0	81,9	93,3	87,9
Não	14,3	9,7	--	18,1	6,7	12,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

**65. Qual é o Tiquete Médio das mensalidades dos cursos de pós-graduação *lato sensu*?**

Regiões	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Centro-Oeste	288,8	250,0	300,0	330,0
Nordeste	294,1	220,0	250,0	300,0
Norte	274,3	225,0	250,0	312,5
Sudeste	365,0	270,0	319,5	400,0
Sul	381,9	250,0	350,0	470,0
<b>Global</b>	<b>342,3</b>	<b>250,0</b>	<b>300,0</b>	<b>385,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

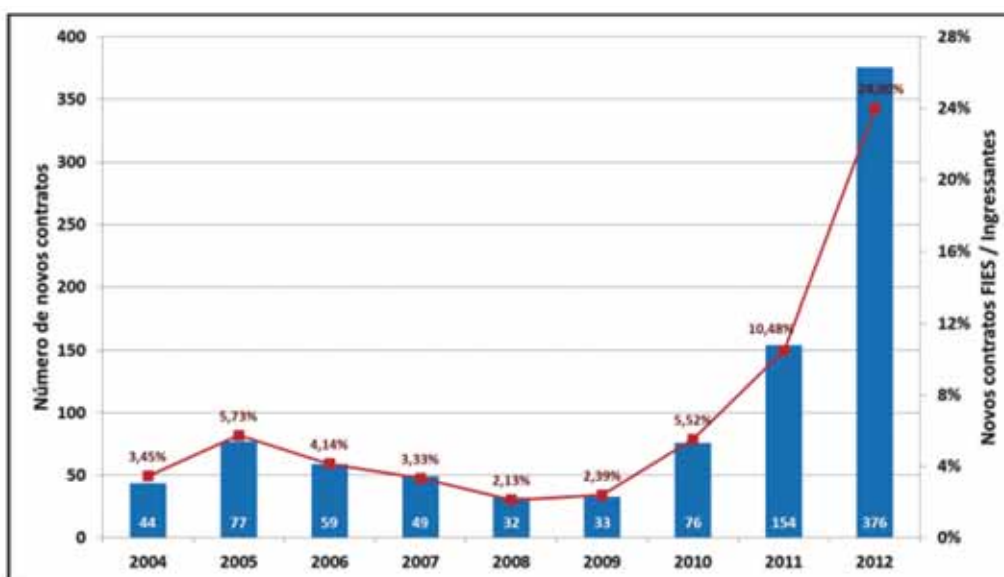
Na média, a Região Sul tem o maior tíquete médio (R\$ 381,90) e a Região Norte, o menor (R\$ 274,30). Comparando o tíquete médio da pós-graduação e da graduação, observa-se uma queda de 32% no valor médio das mensalidades praticadas na pós-graduação *stricto sensu* em relação aos cursos de graduação. A flexibilidade regulatória maior, que permite ampliação da oferta e, portanto, maior concorrência, aliada à falta de linhas de financiamento para a pós-graduação no modelo do Fies, gera, ainda, redução do valor praticado das mensalidades.



#### 4. FIES E AS PEQUENAS E MÉDIAS IES

Criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo (PCE/Creduc), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) tem registrado uma participação cada vez maior das Instituições de Ensino Superior e dos estudantes do país. Em 2004, apenas 3,45% dos alunos ingressaram no ensino superior privado por meio do Fies. Com a reformulação do programa, em 2010, reduzindo a taxa de juros, aumentando o prazo de carência para início de pagamento e ampliando o prazo de amortização, a procura pelo Fies aumentou significativamente, alcançando mais de 20% dos alunos ingressantes em 2012. De acordo com o Ministério da Educação, em 2013, cerca de 1 milhão de alunos foram beneficiados com o fundo de financiamento.

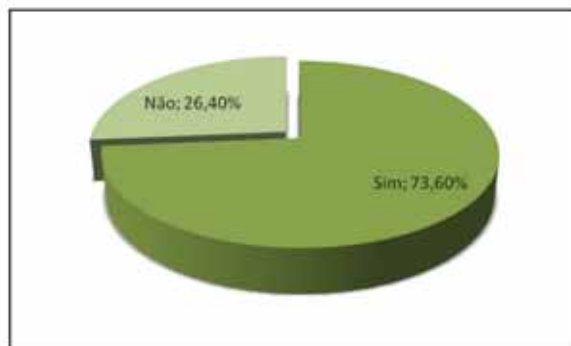
#### 66. Evolução do número de novos contratos do FIES no Brasil – 2004 - 2012



Fonte: MEC/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)/ Instituto Expertise

Oferecer o Fies a alunos ingressantes e com dificuldades financeiras ao longo do curso, bem como utilizá-lo como instrumento para combate à inadimplência, tornou-se indispensável para as instituições privadas de ensino superior, inclusive as de pequeno e médio porte. Não oferecer o Fies pode representar perda de competitividade e, portanto, risco iminente de perda de participação no mercado em que a instituição está inserida. Em função disso, questionamos as PMIES que participaram da pesquisa de campo sobre a utilização do programa.

**67. Sua instituição utiliza o FIES?**



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

**68. Cruzamento: Regiões x Utiliza o FIES?**

Utiliza o FIES?	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Sim	50,0	80,7	50,0	70,8	86,7	73,6
Não	50,0	19,3	50,0	29,2	13,3	26,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

A adesão ao Fies pelas pequenas e médias IES é grande (73%), sendo a Região Sul a que mais tem instituições que utilizam o programa (86%). Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, apenas metade das PMIES usam o Fies, demonstrando um potencial muito favorável a novos contratos.

Apesar de 73% das PMIES terem afirmado utilizar o Fies, é possível notar que elas o fazem de forma tímida, pois a quantidade de alunos beneficiados com o programa ainda é muito pequena, como podemos observar na tabela a seguir.

**69. Qual é o percentual de alunos que utilizam o FIES?**

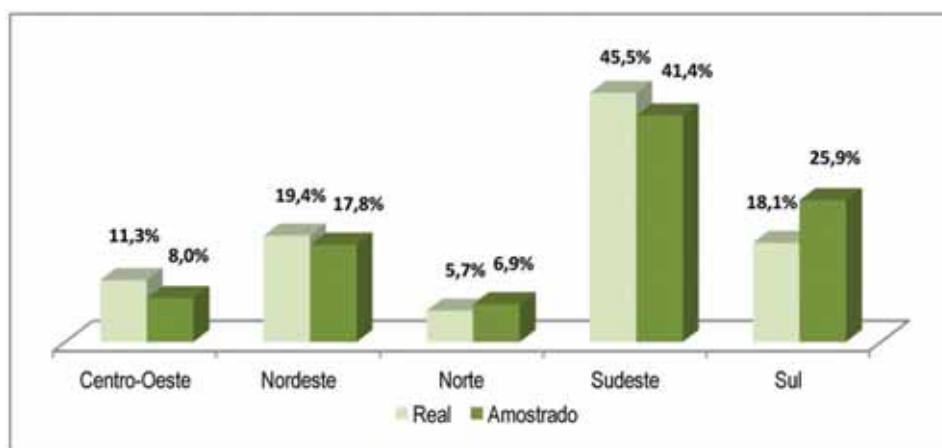
Regiões	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Centro-Oeste	21,3	10,0	17,5	25,0
Nordeste	32,4	20,0	25,0	50,0
Norte	24,7	12,0	25,0	38,0
Sudeste	18,4	10,0	14,5	20,0
Sul	18,8	10,0	20,0	25,0
<b>Global</b>	<b>21,6</b>	<b>10,0</b>	<b>20,0</b>	<b>30,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

## CAPÍTULO IV – REGIÕES

Este capítulo traz o desdobramento regional de todas as tabelas referentes à aplicação da pesquisa de campo realizada pelo Instituto PHD com as 174 pequenas e médias Instituições de Ensino Superior privadas brasileiras. Como já dito, a amostragem desta pesquisa de opinião foi distribuída de forma proporcional ao número de pequenas e médias IES existentes em cada região do país, como demonstra o gráfico abaixo.

### 70. Perfil da Amostra da Pesquisa de Campo, por Regiões do Brasil



Fonte: Instituto PHD

O objetivo central da pesquisa de campo foi levantar a própria percepção das PMIES sobre suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como das principais dificuldades enfrentadas por elas. Os resultados nacionais foram apresentados e analisados nos capítulos anteriores, mas seu desdobramento regional é importante porque, embora os problemas sejam comuns, a importância que cada um deles assume pode variar de região para região.

Sabemos que, dada a enorme extensão territorial do país e em função de peculiaridades de seu desenvolvimento histórico e social, há características muito distintas em suas diversas regiões. Essas diferenças abrangem aspectos demográficos, estágios de desenvolvimento industrial e tecnológico, padrões de vida e de distribuição de renda e também acesso a diversos serviços, bens e oportunidades. Do ponto de vista econômico, as distintas regiões brasileiras também apresentam diferentes dinâmicas intersetoriais, ligados a forças de natureza local clássicas, como dinâmicas regionais diferenciadas ligadas a fatores como recursos naturais, custos diferenciados de transporte, estímulos fiscais e outros. Todas essas questões trazem, evidentemente, impactos na dinâmica das Instituições de Ensino Superior.

## 1. NORTE

### 1.1. Principais dificuldades

Respostas	Região Norte (%)
Captação de alunos	58,3
Evasão	58,3
Atendimento às normas do MEC	33,3
Inadimplência	33,3
EAD	25,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 1.2. Principais dificuldades regulatórias

Respostas	Região Norte (%)
Dificuldade em encontrar docentes com titulação de mestrado e doutorado	50,0
Demora nos processos de avaliação do MEC	33,3
E-MEC	16,7
Infraestrutura e laboratórios	16,7
Publicação dos docentes/Produção científica	16,7
Desconsideração das particularidades regionais/perfil de cada IES	16,7
Permanentes mudanças na legislação regulatória	16,7
Regime de trabalho docente	16,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 1.3. Principais forças em relação à concorrência

Respostas	Região Norte (%)
Tradição na cidade/região	83,3
Infraestrutura física	58,3
Preço	58,3
Marca	50,0
Porte da instituição	33,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 1.4. Principais fraquezas em relação à concorrência

Respostas	Região Norte (%)
Preço	41,7
Indicadores de qualidade	33,3
Porte da instituição	33,3
Tradição na cidade/região	16,7
Infraestrutura física	16,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 1.5. Principais oportunidades no mercado em que atua

Respostas	Região Sudeste (%)
Crescimento do mercado de trabalho	63,9
Posição geográfica estratégica	55,6
Presença de empresas na região	47,2
Melhoria da renda <i>per capita</i>	36,1
Pouca concorrência	8,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 1.6. Principais ameaças no mercado em que atua

Respostas	Região Norte (%)
Grande oferta de cursos EAD dos concorrentes	58,3
Baixo potencial econômico na cidade/região	50,0
Preço praticado pelos concorrentes	50,0
Grande oferta de cursos presenciais dos concorrentes	41,7
Baixo número de egressos no Ensino Médio na cidade/região	16,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 1.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária de cursos presenciais

Respostas	Região Norte (%)
Sim	25,0
Não	75,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 1.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%

Respostas	Região Norte (%)
Está implementando o projeto	22,3
Não tem infraestrutura	33,3
Ainda não tem o projeto/interesse	11,1
Não tem demanda para curso EAD/Rejeição dos alunos	11,1

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 1.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*

Respostas	Região Norte (%)
Sim	100,0
Não	--
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 1.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Norte (%)
Sim, apenas com mestrado	--
Sim, apenas com doutorado	8,3
Sim, com ambos	91,7
Não tem dificuldade	--
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 1.11. Principal motivo da dificuldade de encontrar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Norte (%)
Dificuldade de encontrar no município/região mão de obra qualificada	83,4
Há dificuldades internas na própria IES, como arcar com o custo alto de docentes titulados	8,3
Faculdade com poucos cursos; torna-se difícil um contrato integral ou parcial	8,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

**1.12. Utilização do FIES**

Respostas	Região Norte (%)
Sim	50,0
Não	50,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

**1.13. Percentual de alunos que utilizam o FIES**

Região	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Norte	24,7	12,0	25,0	38,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

**1.14. Interesse da instituição em aderir ao PRONATEC**

Respostas	Região Norte (%)
Sim	83,4
Não	8,3
Não sabe informar	8,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

## 2. NORDESTE

### 2.1. Principais dificuldades

Respostas	Região Nordeste (%)
Inadimplência	64,5
Evasão	38,7
Captação de alunos	32,3
Atendimento às normas do MEC	25,8
Concorrência	9,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 2.2. Principais dificuldades regulatórias

Respostas	Região Nordeste (%)
Dificuldade em encontrar docentes com titulação de mestrado e doutorado	29,0
Enade	29,0
Desconsideração das particularidades regionais/perfil de cada IES	16,1
Despreparo dos avaliadores regulatórios	12,9
Permanentes mudanças na legislação regulatória	12,9
Atendimento às normas do MEC	9,7
Burocracia	9,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 2.3. Principais forças em relação à concorrência

Respostas	Região Nordeste (%)
Tradição na cidade/região	67,7
Marca	67,7
Infraestrutura física	64,5
Preço	58,1
Indicadores de qualidade	48,4
Porte da instituição	25,8

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)



## 2.4. Principais fraquezas em relação à concorrência

Respostas	Região Nordeste (%)
Porte da instituição	45,2
Preço	19,4
Infraestrutura física	16,1
Indicadores de qualidade	12,9
Localização	6,5

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

## 2.5. Principais oportunidades no mercado em que atua

Respostas	Região Nordeste (%)
Crescimento do mercado de trabalho	80,7
Posição geográfica estratégica	61,3
Melhoria da renda <i>per capita</i>	38,7
Presença de empresas na região	35,5
Pouca concorrência	6,5

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

## 2.6. Principais ameaças no mercado em que atua

Respostas	Região Nordeste (%)
Grande oferta de cursos presenciais dos concorrentes	48,4
Baixo potencial econômico na cidade/região	45,2
Grande oferta de cursos EAD dos concorrentes	45,2
Preço praticado pelos concorrentes	25,8
Baixo número de egressos no Ensino Médio na cidade/região	19,4

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

## 2.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais

Respostas	Região Nordeste (%)
Sim	35,5
Não	64,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

## 2.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%

Respostas	Região Nordeste (%)
Está implementando o projeto	30,0
Não tem infraestrutura	20,0
A grade curricular está voltada para aulas presenciais	15,0
Ainda não tem o projeto/interesse	5,0
Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm	5,0
Desconhece os informes	5,0
O tipo de curso não possibilita (medicina, odontologia)	5,0
Região pobre, o aluno não tem computador/acesso	5,0
Não faz parte do planejamento acadêmico da IES	5,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

## 2.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*

Respostas	Região Nordeste (%)
Sim	90,3
Não	9,7
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

## 2.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Nordeste (%)
Sim, apenas com mestrado	--
Sim, apenas com doutorado	29,0
Sim, com ambos	35,5
Não tem dificuldade	35,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### **2.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado**

Respostas	Região Nordeste (%)
Dificuldade de encontrar no município/região mão de obra qualificada	51,6
Há dificuldades internas na própria IES, como arcar com o custo alto de docentes titulados	6,5
O doutor tem perfil de pesquisador	3,2
Para algumas áreas faltam professores titulados	3,2
Não sabe/Não respondeu	35,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### **2.12. Utilização do FIES**

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Sim	50,0
Não	50,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### **2.13. Percentual de alunos que utilizam o FIES**

Região	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Nordeste	32,4	20,0	25,0	50,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### **2.14. Interesse da instituição em aderir ao PRONATEC**

Respostas	Região Nordeste (%)
Sim	74,2
Não	9,7
Não sabe informar	16,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3. CENTRO-OESTE

#### 3.1. Principais dificuldades

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Inadimplência	78,6
Captação de alunos	50,0
Evasão	50,0
Atendimento às normas do MEC	42,9

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 3.2. Principais dificuldades regulatórias

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Dificuldade em encontrar docentes com titulação de mestrado e doutorado	28,6
Capacitação de docentes e funcionários	21,4
Demora nos processos de avaliação do MEC	21,4
Exigência de investimento na biblioteca	14,3
Índices IGC/CPC	14,3
Reconhecimento de cursos	14,3
Enade	14,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 3.3. Principais forças em relação à concorrência

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Infraestrutura física	64,3
Tradição na cidade/região	50,0
Indicadores de qualidade	50,0
Marca	42,9
Preço	35,7
Porte da instituição	35,7
Localização	14,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 3.4. Principais fraquezas em relação à concorrência

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Infraestrutura física	28,6
Porte da instituição	28,6
Preço	28,6
Divulgação da IES/Marketing	14,3
Indicadores de qualidade	14,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 3.5. Principais oportunidades no mercado em que atua

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Posição geográfica estratégica	71,4
Crescimento do mercado de trabalho	57,1
Melhoria da renda <i>per capita</i>	50,0
Presença de empresas na região	42,9
Pouca concorrência	14,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 3.6. Principais ameaças no mercado em que atua

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Grande oferta de cursos EAD dos concorrentes	57,1
Baixo potencial econômico na cidade/região	42,9
Preço praticado pelos concorrentes	28,6
Baixo número de egressos no Ensino Médio na cidade/região	21,4
Cursos irregulares ofertados na região	7,1

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 3.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Sim	28,6
Não	71,4
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Está implementando o projeto	20,0
Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm	10,0
Ainda não tem o projeto/interesse	10,0
Por opção dos docentes	10,0
Região pobre, o aluno não tem computador/acesso	10,0
Devido ao PPC não contemplar quando aprovado	10,0
Não vale a pena financeiramente	10,0
Não tem recursos para a implantação da plataforma	10,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 3.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Sim	85,7
Não	14,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Sim, apenas com mestrado	--
Sim, apenas com doutorado	28,6
Sim, com ambos	50,0
Não tem dificuldade	21,4
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Dificuldade de encontrar no município/região mão de obra qualificada	57,1
Há dificuldades internas na própria IES, como arcar com o custo alto de docentes titulados	7,1
IES localizada no interior; tem que contratar docentes da capital	7,1
O custo das mensalidades não cobre os gastos	7,1
Não sabe/Não respondeu	21,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3.12. Utilização do FIES

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Sim	50,0
Não	50,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3.13. Percentual de alunos que utilizam o FIES

Região	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Centro-Oeste	21,3	10,0	17,5	25,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 3.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

Respostas	Região Centro-Oeste (%)
Sim	78,6
Não	7,1
Não sabe informar	14,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

## 4. SUDESTE

### 4.1. Principais dificuldades

Respostas	Região Sudeste (%)
Captação de alunos	57,0
Inadimplência	51,4
Evasão	45,8
Atendimento às normas do MEC	33,3
EAD	9,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 4.2. Principais dificuldades regulatórias

Respostas	Região Sudeste (%)
Demora nos processos de avaliação do MEC	26,4
Dificuldade em encontrar docentes com titulação de mestrado e doutorado	19,5
Permanentes mudanças na legislação regulatória	18,1
Exigências igualitárias para IES isoladas e universidades	13,9
Burocracia	12,5
Atendimento às normas do MEC	11,1
Enade	11,1

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 4.3. Principais forças em relação à concorrência

Respostas	Região Sudeste (%)
Tradição na cidade/região	59,7
Indicadores de qualidade	58,4
Infraestrutura física	52,8
Marca	51,4
Preço	40,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)



#### 4.4. Principais fraquezas em relação à concorrência

Respostas	Região Sudeste (%)
Preço	41,7
Porte da instituição	41,7
Infraestrutura física	16,7
Marca	13,9
Tradição na cidade/região	12,5

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 4.5. Principais oportunidades no mercado em que atua

Respostas	Região Sudeste (%)
Crescimento do mercado de trabalho	63,9
Posição geográfica estratégica	55,6
Presença de empresas na região	47,2
Melhoria da renda <i>per capita</i>	36,1
Pouca concorrência	8,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 4.6. Principais ameaças no mercado em que atua

Respostas	Região Sudeste (%)
Grande oferta de cursos EAD dos concorrentes	59,7
Preço praticado pelos concorrentes	56,9
Grande oferta de cursos presenciais dos concorrentes	44,5
Baixo potencial econômico na cidade/região	26,4
Baixo número de egressos no Ensino Médio na cidade/região	15,3

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 4.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais

Respostas	Região Sudeste (%)
Sim	44,4
Não	55,6
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 4.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%

Respostas	Região Sudeste (%)
Está implementando o projeto	22,5
Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm	15,0
Não tem infraestrutura	12,5
Não tem demanda para curso EAD/Rejeição dos alunos	10,0
Ainda não tem o projeto/interesse	7,5
Por opção dos docentes	5,0
O tipo de curso não possibilita (medicina, odontologia)	5,0
Posicionamento da IES	5,0
A grade curricular está voltada para aulas presenciais	2,5
Tem poucos cursos sendo oferecidos	2,5
Já utilizou o recurso anteriormente e a experiência não foi satisfatória	2,5
Usa, mas não os 20%	2,5

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 4.9. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*

Respostas	Região Sudeste (%)
Sim	81,9
Não	18,1
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

#### 4.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Sudeste (%)
Sim, apenas com mestrado	1,4
Sim, apenas com doutorado	33,3
Sim, com ambos	27,8
Não tem dificuldade	37,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

#### **4.11. Principal motivo da dificuldade de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado**

Respostas	Região Sudeste (%)
Dificuldade de encontrar no município/região mão de obra qualificada	47,2
Há dificuldades internas na própria IES, como arcar com o custo alto de docentes titulados	11,1
IES localizada no interior; tem que contratar docentes da capital	2,8
Qualificação	1,4
Os contratos são por hora e os doutores preferem contratos de dedicação exclusiva	1,4
Não sabe/Não respondeu	36,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

#### **4.12. Utilização do FIES**

Respostas	Região Sudeste (%)
Sím	70,8
Não	29,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

#### **4.13. Percentual de alunos que utilizam o FIES**

Região	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Sudeste	18,4	10,0	14,5	20,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

#### **4.14. Interesse da instituição em aderir ao PRONATEC**

Respostas	Região Sudeste (%)
Sím	62,5
Não	12,5
Não sabe informar	25,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

## 5. SUL

### 5.1. Principais dificuldades

Respostas	Região Sul (%)
Captação de alunos	64,4
Evasão	53,3
Inadimplência	33,3
Atendimento às normas do MEC	24,4
EAD	11,1

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 5.2. Principais dificuldades regulatórias

Respostas	Região Sul (%)
Demora nos processos de avaliação do MEC	22,2
Dificuldade em encontrar docentes com titulação de mestrado e doutorado	17,8
Atendimento às normas do MEC	13,3
Burocracia	8,9
Requisitos de avaliação	8,9
Mudança constante no instrumento de avaliação	6,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 5.3. Principais forças em relação à concorrência

Respostas	Região Sul (%)
Infraestrutura física	62,2
Indicadores de qualidade	55,6
Preço	53,3
Tradição na cidade/região	48,9
Marca	46,7

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 5.4. Principais fraquezas em relação à concorrência

Respostas	Região Sul (%)
Porte da instituição	44,5
Tradição na cidade/região	33,3
Preço	26,7
Indicadores de qualidade	15,6
Infraestrutura física	13,3
Marca	11,1

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 5.5. Principais oportunidades no mercado em que atua

Respostas	Região Sul (%)
Crescimento do mercado de trabalho	55,6
Presença de empresas na região	51,1
Posição geográfica estratégica	42,2
Melhoria da renda <i>per capita</i>	37,8
Colocação dos alunos no mercado de trabalho	4,4

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 5.6. Principais ameaças no mercado em que atua

Respostas	Região Sul (%)
Grande oferta de cursos EAD dos concorrentes	64,4
Grande oferta de cursos presenciais dos concorrentes	53,3
Preço praticado pelos concorrentes	35,6
Baixo número de egressos no Ensino Médio na cidade/região	22,2
Baixo potencial econômico na cidade/região	20,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

#### 5.7. Uso da EAD dentro dos 20% da carga horária dos cursos presenciais

Respostas	Região Sul (%)
Sim	46,7
Não	53,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 5.8. Motivos por não utilizar a EAD dentro dos 20%

Respostas	Região Sul (%)
Não tem infraestrutura	12,5
Acredita não ter a qualidade que os cursos presenciais têm	12,5
Ainda não tem o projeto/interesse	12,5
A grade curricular está voltada para aulas presenciais	8,3
Tem poucos cursos sendo oferecidos	8,3
Desconhece os informes	8,3
Está implementando o projeto	8,2
Não tem demanda para curso EAD/Rejeição dos alunos	4,2
Devido ao PPC não contemplar quando aprovado	4,2
Não vale a pena financeiramente	4,2
Porque tem pouca agilidade para fazer mudanças na estrutura dos cursos de atuação	4,2
Pela dificuldade em investimentos em mão de obra profissionalizada	4,2
Porque só agora o curso foi reconhecido	4,2

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD (respostas múltiplas)

### 5.9. Oferta de cursos de pós-graduação lato sensu

Respostas	Região Sul (%)
Sim	93,3
Não	6,7
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 5.10. Dificuldades de contratar professores com titulação de mestrado e doutorado

Respostas	Região Sul (%)
Sim, apenas com mestrado	2,2
Sim, apenas com doutorado	20,0
Sim, com ambos	37,8
Não tem dificuldade	40,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 5.11. Principal motivo da dificuldade mestrado e doutorado

Respostas	Região Sul (%)
Dificuldade de encontrar no município/região mão de obra qualificada	51,1
Há dificuldades internas na própria IES, como arcar com o custo alto de docentes titulados	6,7
Os cursos oferecidos são na área de exatas, os professores são engenheiros que trabalham em outro lugar durante o dia e lecionam à noite, não tendo interesse em fazer doutorado.	2,2
Não sabe/Não respondeu	40,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 5.12. Utilização do FIES

Respostas	Região Sul (%)
Sím	86,7
Não	13,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 5.13. Percentual de alunos que utilizam o FIES

Região	Média	Primeiro Quartil	Mediana	Terceiro Quartil
Sul	18,8	10,0	20,0	25,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

### 5.14. Interesse da instituição em aderir ao Pronatec

Respostas	Região Sul (%)
Sím	68,9
Não	13,3
Não sabe informar	17,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

## **CAPÍTULO V – PROPOSTAS PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS PMIES**

Diante da capilaridade e representatividade das pequenas e médias instituições de ensino superior que este diagnóstico apresenta, bem como dos problemas e desafios enfrentados por elas, elencamos aqui possíveis ações a serem implementadas no intuito de garantir sua permanência e perenidade.

Vale destacar ainda que algumas dessas propostas podem contribuir para a solução de problemas enfrentados também por IES de outros portes. No entanto, são as PMIES as maiores prejudicadas – em especial, nos aspectos de regulação hoje vigentes.

Algumas sugestões relativas à alteração de lei, decretos e portarias já foram objeto de discussão e de reivindicação do setor, tendo sido encaminhadas ao Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e à própria ABMES. Este estudo, portanto, reproduz algumas dessas reivindicações e junta a elas outras propostas, inéditas.

Após analisar os dados nacionais, regionais e as informações levantadas pela pesquisa de campo, julgamos que a competitividade das PMIES deve ser ancorada em ações internas, realizadas no âmbito das próprias instituições de ensino, combinadas com mudanças de caráter regulatório, ações da ABMES e a implementação de políticas públicas envolvendo os diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal). Sendo assim, as propostas foram divididas e deverão ser apresentadas pelos seguintes grupos:

- PMIES;
- Governo Federal;
- Ministério da Educação;
- ABMES;
- Governos Municipais;
- Governos Estaduais;
- Conselho Nacional de Educação.



## **1. PROPOSTAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELAS PMIES**

Como vimos, o atual cenário e configuração do mercado do ensino superior no país exige que as IES de pequeno e médio porte tenham capacidade de se adaptar e agir com respostas eficientes às pressões ambientais, com estratégias eficazes. Apontaremos aqui algumas possibilidades de mudanças que são possíveis dentro das próprias instituições de ensino, divididas em ações referentes a captação, gestão acadêmica e gestão administrativa-financeira.

### **1.1. CAPTAÇÃO DE ALUNOS**

Este estudo demonstra que, na média nacional, 73% das IES entrevistadas na pesquisa de campo utilizam o Fies. Há regiões, entretanto, como a Centro-Oeste, em que apenas metade das IES são filiadas ao programa; a quantidade de alunos que utilizam o financiamento também ainda é baixa. O Fies hoje é uma importante ferramenta de captação de novos alunos e de retenção daqueles que estão na IES e podem evadir por motivos financeiros.

Dependendo do modelo adotado, o Ensino a Distância nos 20% da carga horária dos cursos presenciais também poderia contribuir no processo de redução de custos, o que tornaria as IES mais competitivas, auxiliando-as nos processos de captação, retenção e redução da inadimplência.

### **1.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA**

O Fies não é apenas ferramenta de captação de alunos, mas também elemento importante da boa gestão administrativa-financeira das instituições de ensino. Ao não utilizar o Fies, muitas vezes a instituição se vê obrigada a conceder bolsas de estudos, reduzindo, na prática, sua receita. Sugerimos, então, que as PMIES passem a fazer um uso mais intensivo do Fies.

Para as IES que não têm Fies, outra sugestão a ser implementada é a criação de um contrato de mútuo ou de parcelamento de dívida, no caso de alunos inadimplentes. No contrato de mútuo, o aluno pagará, depois de formado, o mesmo valor que o estudante que ingressa naquele período, podendo ser oferecido até um ano de carência. Reforçamos que não seria um contrato de financiamento, pois entidades educacionais não podem fazer financiamento.

Outra estratégia possível dentro do âmbito administrativo-financeiro é a formação de consórcios entre diversas IES. Esses convênios podem ser empregados na contratação de serviços ou aquisições em comum, como no caso de compra de materiais de consumo e insumos. Na pesquisa de campo, foi perguntado às PMIES se elas eram favoráveis à “possibilidade de uma atuação conjunta com os seus ‘concorrentes’ para a formação de um centro de serviços compartilhados, com o objetivo de minimizar os custos operacionais.? Por exemplo: na compra de materiais comuns, seguro-educação, entre outros” e 60% delas afirmaram que sim, conforme gráfico abaixo. É preciso, no entanto, sair da intenção e partir para a ação nesse sentido.

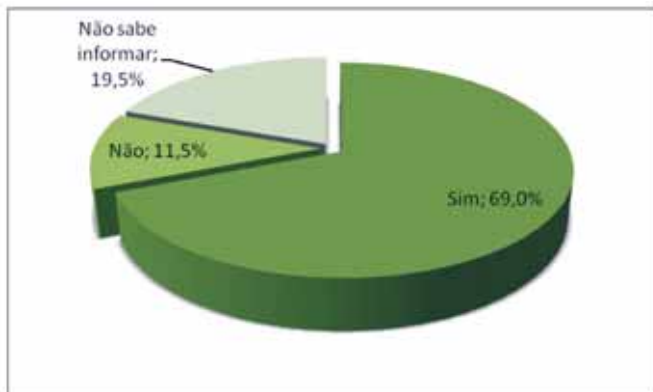
**71.] A sua instituição é favorável à possibilidade de uma atuação conjunta com os seus “concorrentes” para a formação de um centro de serviços compartilhados, com o objetivo e minimizar os custos operacionais?**

Favorável à atuação conjunta com concorrentes?	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Sim	71,4	54,8	66,7	58,3	62,2	60,3
Não	28,6	45,2	33,3	41,7	37,8	39,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

Outra oportunidade para as pequenas e médias IES gerarem receita e usarem a infraestrutura ociosa de prédios e bibliotecas é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Criado pelo Governo Federal, o Pronatec tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. No primeiro processo seletivo, realizado no segundo semestre de 2013, foram abertas 239.792 vagas e 383.080 candidatos se inscreveram. Questionadas sobre a possibilidade de aderirem ao Pronatec, a maioria das PMIES que participaram da pesquisa de campo foi favorável, como aponta o gráfico a seguir.

## 72. Sua instituição teria interesse em aderir ao Pronatec?



Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

Teria interesse em aderir ao Pronatec?	Regiões					
	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)	Global (%)
Sim	78,6	74,2	83,4	62,5	68,9	69,0
Não	7,1	9,7	8,3	12,5	13,3	11,5
Não sabe informar	14,3	16,1	8,3	25,0	17,8	19,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de opinião - Instituto PHD

Melhorar a competitividade é possível quando a IES consegue: 1) analisar o ambiente do ensino superior no qual está inserida; 2) a partir dessa análise, realizar um planejamento consistente e participativo; e 3) transformar este plano em um conjunto de ações concretas, que possam ser medidas. Nesse processo, a liderança exerce papel estratégico. A perda da competitividade geralmente está relacionada à lentidão em realizar as mudanças necessárias.

É recomendável que os gestores das pequenas e médias instituições de ensino superior façam uma análise interna sobre a capacidade da IES em propor e realizar mudanças, que são necessárias para melhorar sua competitividade. Lideranças com pouca capacidade de inovação, de formar equipes e compartilhar ideais contribuirão para a perda de competitividade da instituição.

Este estudo aponta que os gestores enfrentam dificuldades como captação de alunos, inadimplência e evasão. Recomenda-se que realizem discussões com as lideranças da IES para apontar ações concretas com o objetivo de reverter essas dificuldades, ou seja, ações que possam melhorar a captação de estudantes, além de diminuir a inadimplência e a evasão. O fato é que há boas experiências em diversas instituições de ensino superior, que por meio de atitudes concretas conseguiram resultados positivos. O desafio dos gestores é propor novas dinâmicas, buscar diferenciais verdadeiros. O que era força no século XX, necessariamente, não será força no século XXI.

É fato que, para as PMIES, há um enorme desafio em relação à concorrência com grandes grupos educacionais que têm capacidade de diminuir os custos e o valor médio das mensalidades. Entretanto, o desafio do gestor está na capacidade de estabelecer alianças com outras IES, com a sociedade e com o setor produtivo. Na análise de cenário feita pelas próprias PMIES, a infraestrutura é entendida como força e ameaça, mas o que irá agregar valor no século XXI será a infraestrutura funcional.

### 1.3. GESTÃO ACADÊMICA

O uso da Educação a Distância é uma alternativa importante na gestão acadêmica, mas essa opção é subutilizada pelas PMIES, ainda que apenas nos 20% da carga horária dos cursos presenciais já reconhecidos pelo Ministério da Educação. A pesquisa de campo indica que apenas 40% das IES utilizam a EAD nos cursos presenciais reconhecidos. A EAD é uma realidade irreversível. A educação do século XXI será presencial e a distância. O ensino será cada vez mais híbrido, portanto, a capacidade de propor modelos acadêmicos sintonizados com o perfil dos estudantes e que privilegiem a tecnologia é uma alternativa real. Recomenda-se que os gestores dediquem-se ao estudo de modelos de uso do EAD em suas instituições.

Sabemos que, por questões regulatórias, não é fácil para as PMIES credenciarem cursos 100% a distância. No entanto, o uso da EAD nos 20% da carga horária dos cursos presenciais é também um importante “balão de ensaio” para que as PMIES possam ganhar experiência nessa modalidade de ensino e, no futuro, pedir credenciamento para cursos 100% a distância. Como já abordado, o uso da EAD nos 20% da carga horária dos cursos presenciais poderia contribuir para solucionar vários problemas apontados pelas próprias IES em sua análise de cenários de fraquezas e ameaças. Por meio da EAD seria possível, por exemplo, contratar docentes com mestrado e doutorado de outras cidades/regiões.

Uma das formas de reduzir o custo de implementação da Educação a Distância, sobretudo em relação à produção de conteúdo e à aquisição e/ou customização do ambiente virtual, é formalizar acordos de parcerias entre diversas faculdades ou com instituições que tenham experiência, em um modelo de consórcio.

Consórcios também podem ser utilizados para a formação de bibliotecas em rede, com acervo de diferentes IES do mesmo município ou de determinado raio de abrangência, que possibilite o acesso do aluno. Um consórcio entre bibliotecas (com acervo físico ou virtual) pode se transformar em um diferencial em termos de infraestrutura física e de serviços, ao mesmo tempo que impacta na redução de investimentos por parte das PMIES.

Percebe-se que há desconhecimento e insegurança das PMIES para implantar determinadas mudanças internas, como a própria EAD ou o uso extensivo do FIES. Uma solução é participar dos programas de capacitação da ABMES e/ou de entidades representativas das quais a mantenedora faça parte. A própria formação de consórcios pode ser objeto de um programa de capacitação.

Os gestores reconhecem que o crescimento do mercado, a posição estratégica da IES e a presença de empresas na região são oportunidades para as instituições proporem projetos e ações objetivas para capitalizar as oportunidades. Se há crescimento do mercado, a pergunta que deve ser respondida refere-se ao elo real entre as IES e o setor produtivo. Se há mais empresas na região, recomenda-se revisão nos projetos pedagógicos e, conseqüentemente, nos currículos para que as instituições atendam as demandas do setor produtivo.

A tradição da IES como força precisa estar aliada à capacidade de inovação e relacionamento com o setor produtivo, para que elementos como empreendedorismo e empregabilidade sejam valorizados. A tradição dos valores institucionais pode se equilibrar com a capacidade de inovação, como a utilização da EAD e de metodologias ativas em seu currículo.

Não há uma receita universal em termos de inovação acadêmica/curricular que possa ser dirigida a todas as PMIES do Brasil. Promover inovação acadêmica nos cursos superiores envolve a combinação de diversos recursos (mudanças nos currículos, contratação e capacitação de professores, uso de diferentes metodologias de ensino, adoção de nova concepção de avaliação da aprendizagem etc.). É importante para as PMIES ter sua identidade claramente definida neste processo. É comum, no Brasil, currículos de instituições renomadas tidos como base para a elaboração dos currículos de IES menores, sem que essas levem em consideração aspectos sociais e culturais de sua região, condições de infraestrutura física muito diversa de seus prédios e um perfil de aluno que pode ser totalmente diferente do da instituição que serviu como base.

## **2. PROPOSTAS A SEREM ENCAMINHADAS AO GOVERNO FEDERAL**

### **2.1. ALTERAÇÃO NAS NORMAS DO PROUNI**

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Após oito anos de sua implantação, necessita de aperfeiçoamento para que consiga atingir maior número de alunos. Trata-se de um programa inovador e importante de inclusão social, mas que tem tido dificuldade de preencher as vagas ofertadas. Desde sua criação, foram concedidas 1.217.000 bolsas. Apenas no primeiro semestre de 2013, o ProUni teve um milhão de candidatos inscritos, sendo concedidas 162.000 bolsas nesse período. Os números mostram que há demanda de potenciais estudantes, mas as regras estabelecidas têm criado dificuldades de acesso ao egresso do Ensino Médio. Sendo assim, foi elaborada a proposta de mudanças das regras do ProUni. Com a alteração da regulamentação da lei, alunos, a comunidade em geral, setores produtivos e instituições de ensino serão beneficiados. A seguir, a proposta de alteração do Decreto nº 5.493 e da portaria anual que regulamenta a oferta do ProUni.

#### **2.1.1. Proposta de Alteração do Decreto nº 5.493, de julho de 2005**

Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Alteração do art. 2º

Modifica o § 2º do art. 2º, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º O ProUni será implementado por intermédio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

(.....)

§ 2º As bolsas de estudo poderão ser canceladas, a qualquer tempo, em caso de constatação de inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada pelo bolsista, não obstante, contudo, que a IES contabilize a vaga de ProUni relativa à bolsa cancelada para todos os fins até o final do período letivo.

§ 3º É vedada a acumulação de bolsas de estudo vinculadas ao ProUni, bem como a concessão de bolsa de estudo a ele vinculada para estudante matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior.

§ 4º O Ministério da Educação disporá sobre os procedimentos operacionais para a adesão ao ProUni e seleção dos bolsistas, especialmente quanto à definição de nota de corte e aos métodos para preenchimento de vagas eventualmente remanescentes, inclusive aquelas oriundas do percentual legal destinado a políticas afirmativas de acesso de portadores de deficiência ou de autodeclarados negros e indígenas.

OU

Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Alteração do art. 2º

Renumeram os §§ 3º e 4º, passando a constar como §§ 4º e 5º, e introduz o § 3º com nova redação

Art. 2º O ProUni será implementado por intermédio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

(.....)

§ 2º As bolsas de estudo poderão ser canceladas, a qualquer tempo, em caso de constatação de inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada pelo bolsista.

§ 3º Em caso de cancelamento de bolsa de estudo nos termos do parágrafo 2º supra, a vaga de ProUni poderá ser contabilizada pela IES para todos os fins até o final do período letivo.

§ 4º É vedada a acumulação de bolsas de estudo vinculadas ao ProUni, bem como a concessão de bolsa de estudo a ele vinculada para estudante matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior.

§ 5º O Ministério da Educação disporá sobre os procedimentos operacionais para a adesão ao ProUni e seleção dos bolsistas, especialmente quanto à definição de nota de corte e aos métodos para preenchimento de vagas eventualmente remanescentes, inclusive aquelas oriundas do percentual legal destinado a políticas afirmativas de acesso de portadores de deficiência ou de autodeclarados negros e indígenas.

Art. 3º O professor beneficiário de bolsa integral ou parcial, vinculada ao ProUni, deverá estar no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública.

Altera o Art. 4º passando a ter a seguinte redação:

Art. 4º A pré-seleção dos estudantes a serem beneficiados pelo ProUni terá como base o resultado obtido no Exame Nacional do Ensino Médio - (Enem) para ingresso em curso de graduação ou sequencial de formação específica.

Altera o parágrafo único do art. 10, passando a ter a seguinte redação:

Art. 10. A permuta de bolsas entre cursos e turnos, quando prevista no termo de adesão, é restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e turno, e o número de bolsas resultantes da permuta não pode ser superior ou inferior a este limite, para cada curso ou turno.

Parágrafo único. Havendo oferta das bolsas sem preenchimento fica facultado à instituição aderente ao ProUni realizar permuta após a primeira chamada, de acordo com a procura dos bolsistas e no limite das vagas ociosas.

### **2.1.2. Proposta de Alteração da Portaria que regulamenta a oferta do PROUNI**

PORTARIA NORMATIVA Nº xx , xx de 2013

Regulamenta o processo seletivo do Programa Universidade para Todos – ProUni referente ao primeiro semestre de 2014 e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, resolve:

Alterar a Portaria existente sobre concessão de bolsas do Prouni.

Art. 4º O estudante com deficiência ou que se autodeclarar indígena, pardo ou preto poderá optar por concorrer às bolsas destinadas à implementação de políticas de ações afirmativas ofertadas conforme o inciso II e § 1º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Inclusão de redação:

Art. 4º A Na existência de vagas remanescentes, o estudante não classificado no primeiro processo seletivo poderá optar por qualquer curso, observadas as seguintes condições:



I - havendo oferta das bolsas sem preenchimento, fica facultado à instituição aderente ao ProUni realizar permuta após a primeira chamada, de acordo com a procura dos bolsistas e no limite das vagas ociosas, cabendo à Instituição informar pelo SisProUni o curso, série e as vagas destinadas;

II - no caso de entidades beneficentes de assistência social, observada a condição prevista no inciso anterior, poderão ofertar bolsas integrais próprias para atingir 1/9 alunos, denominadas bolsas complementares, e que deverão ser inseridas no SisProUni com a indicação do nome do aluno e do curso ofertado;

Alteração de redação:

Art. 4º B - Alunos matriculados, desde que preencham os requisitos previstos na Lei nº 11.096, de 2005, poderão ingressar nos cursos que não tenham preenchidas as vagas ofertadas ao ProUni, devendo estes alunos, caso não tenham feito o Enem, ou não tenham atingido o ponto de corte, suprir esse requisito em até 12 meses.

Parágrafo único. Caberá à instituição informar por intermédio do SisProUni a relação dos alunos matriculados indicando o curso e a série.

## **2.2. APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA BNDES IES**

Atualmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) dispõe de um programa especial de financiamento para as IES, porém quase nenhuma instituição conseguiu utilizar os recursos disponíveis até hoje para as diversas finalidades contempladas no programa (capital de giro, investimentos em obras e reformas, novos projetos, reestruturação financeira, entre outras).

As dificuldades burocráticas e as necessidades de apresentação de garantias são apontadas como os principais entraves para a obtenção das linhas de financiamento do programa BNDES IES. Para resolver esse problema, uma sugestão é a possibilidade de utilização das carteiras de Fies administradas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para securitização dos recursos obtidos junto ao BNDES.

O FNDE e o BNDES podem selar parceria para vinculação direta e, com isso, gerar segurança para disponibilização de recursos de financiamento às IES sem a necessidade de uma série de trâmites burocráticos. Assim como o FIES gera segurança ao governo para o pagamento dos tributos por parte das instituições, também pode gerar ao BNDES para o pagamento das amortizações dos financiamentos do programa BNDES IES.

### **2.3. IMPLANTAÇÃO DE LEGISLAÇÃO SIMILAR A DO “SIMPLES” PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

A Lei Complementar nº 128, de dezembro de 2008, aprovou a simplificação da Folha de Pagamento, mas não contemplou as instituições típicas de ensino superior. Há necessidade de as instituições de ensino superior de pequeno e médio porte, especialmente as faculdades, terem um tratamento tributário diferenciado, seguindo os mesmos princípios da Lei Complementar nº 128, de dezembro de 2008. Espera-se que o governo brasileiro crie mecanismos de incentivo para as IES de pequeno porte, assim como criou para as micro e pequenas empresas.

### **2.4. ABERTURA DE NOVO PRAZO PARA AS IES ADERIREM AO PROIES**

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. O prazo para envio de proposta para adesão ao programa foi muito exíguo e diversas IES, sobretudo as de pequeno e médio porte, não tiveram tempo hábil para elaborar o plano de recuperação econômica e tributária necessário à adesão.

## **3. PROPOSTAS A SEREM ENCAMINHADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

### **3.1. AUTONOMIA, SOB DETERMINADOS CRITÉRIOS, PARA OFERTA DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA**

Autonomia para ofertar Graduação Tecnológica para atender a demanda local, sem passar por processo de autorização, desde que sejam atendidos determinados critérios (a serem estabelecidos), como ofertar um novo curso na área em que a IES já tenha outros reconhecidos e/ou equiparar a autonomia de criação de cursos tecnológicos, a exemplo do que ocorre com as IES do Sistema S.

### **3.2. EXTENSÃO DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO APÓS AUTORIZAÇÃO**

O prazo de implantação de curso após autorização poderia ser estendido para três anos, pois hoje é de apenas um ano. Isso daria mais flexibilidade às PMIES, que, por serem majoritariamente faculdades, não têm autonomia e correm o risco de perderem a autorização do curso e terem de passar por todo o processo burocrático do MEC novamente.

### **3.3. RESPEITAR AS DIFERENTES TIPOLOGIAS DE IES E CONSIDERAÇÃO AS DEFICIÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CADA CURSO AO ESTABELECE O TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIAS**

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) tem exigido que as IES assinem um Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) em função de indicadores insatisfatórios. O TSD é padrão, não respeitando as diferentes tipologias de instituições e desconsiderando até mesmo as deficiências específicas que geraram os indicadores insatisfatórios. O mesmo é exigido de todos e há necessidade de considerar a diversidade de instituições e de cursos prevista na Lei do Sinaes.

### **3.4. UTILIZAÇÃO DE CPCs E IGCs EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSO E DE REDEDENCIAMENTO INSTITUCIONAL**

Conforme exposto neste diagnóstico, os componentes do CPC prejudicam especialmente as PMIES. A proposta é que CPCs e IGCs sejam utilizados exclusivamente como indicadores para avaliação *in loco* e não para efeito de corte de vagas, suspensão de autonomia universitária e assinatura de termo de saneamento. As vagas que foram reduzidas em função de medidas cautelares oriundas de CPCs insatisfatórios devem ser restabelecidas imediatamente após avaliação *in loco* (Conceito de Curso) positiva.

### **3.5. SUPRESSÃO DO ESTABELECIMENTO DE CALENDÁRIO PARA ATOS AUTORIZATIVOS E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES**

A Portaria Normativa nº 1, de 25 de janeiro de 2013, estabelece o Calendário 2013 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC. Propõe-se a supressão do estabelecimento de um calendário de atos autorizativos de cursos e de credenciamento de instituições. As instituições mais prejudicadas no estabelecimento de um calendário são as faculdades, que não têm autonomia e ficam com apenas dois meses no ano para solicitarem cursos, ou seja, o calendário acentua as desvantagens competitivas das IES sem autonomia (maioria da PMIES) em relação àquelas que têm autonomia universitária.

### **3.6. CRIAÇÃO DE INDICADORES DE QUALIDADE ESPECÍFICOS PARA PEQUENAS E MÉDIAS IES POR PARTE DO INEP**

Poderia ser criado, por exemplo, um CPC apenas para faculdades, com critérios ou pesos distintos do atual CPC.

### **3.7. ESTABELECIMENTO DE PRAZOS PARA DELIBERAÇÃO DO MEC SOBRE PROCESSOS**

A pesquisa indica que um dos maiores problemas que as IES enfrentam é a morosidade de cumprimento de prazos para autorização, reconhecimento e renovação de cursos, credenciamento ou recredenciamento de IES, bem como pedidos de transferência de mantença, unificação de mantenças, aumento de vagas, alteração de endereço, aprovação de regimento. O Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, estabelece prazo de 180 dias para o MEC decidir sobre os pedidos encaminhados. A proposta é que se estabeleça o prazo de 180 para decidir sobre atos autorizativos e 60 dias para os demais processos, como transferência de mantença, unificação de mantenças, aumento de vagas, alteração de endereço, aprovação de regimento e, não havendo decisão, torna-se autorizado o pedido, podendo ser revogado de forma motivada no caso de ilegalidade cometida pelo solicitante.

### **3.8. INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE CURSO E DE INSTITUIÇÃO, CONSIDERANDO-SE A TIPOLOGIA DE INSTITUIÇÃO E DE CURSO E REGIONALIDADE, EM RESPEITO AO QUE PRECONIZA O SINAES**

Atualmente, o Inep/MEC conta com um único instrumento para autorização e reconhecimento de todos os cursos e de todo tipo de instituição, seja para cursos presenciais ou a distância. Considerando o tamanho e as diferenças regionais brasileiras, o MEC deveria incentivar a diversidade do sistema e não sua conformidade com padrões idênticos. As pequenas e médias IES são especialmente prejudicadas por essa visão de um modelo único. Para as PMIES de pequeno porte, o instrumento poderia permitir, por exemplo, e realizações de consórcios e convênios entre instituições para utilização da biblioteca em rede.

## **4. PROPOSTAS PARA A ABMES**

### **4.1. IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO**

Em função das respostas obtidas das IES que participaram da pesquisa de campo, pode-se apontar que seriam interessantes programas de capacitação (presenciais ou *on-line*) ligados aos temas: inovação curricular; implantação de educação a distância; uso do Fies; gestão administrativa e financeira de pequenas e médias instituições de ensino; função e papel do procurador institucional; como pequenas IES podem captar recursos em agências de fomento; gestão da inadimplência e

estratégias para sua diminuição; legislação educacional e regulação do ensino. A ABMES poderia também realizar um convênio nacional com o Sebrae para capacitação dos gestores das PMIES.

#### **4.2. MAPEAMENTO DE TODOS OS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

A ABMES poderia mapear todos os programas existentes nos diversos municípios e Estados brasileiros (exemplo: Bolsa Alfabetização e Escola da Família) e fazer uma publicação com o objetivo de proporcionar às faculdades acesso a informações e programas.

#### **4.3. CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO/MARKETING PARA SER UTILIZADA PELAS PMIES EM FORMA DE CONSÓRCIO**

Contratação de uma agência de marketing para ações conjuntas ou padronizadas para as PMIES. Essa agência poderia produzir *templates*, uma cartilha de marketing que pudesse ser customizada, ou “cartilhas” específicas sobre a comunicação de programas ou produtos (por exemplo: como comunicar aos alunos e prospectos sobre o uso do Fies e do ProUni).

#### **4.4. ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE BENCHMARKING ENTRE IES NÃO CONCORRENTES PARA TROCA DE BOAS PRÁTICAS**

Encaminhamento dos resultados desses estudo para áreas correspondentes de atuação, como Congresso Nacional, MEC, Estados, Municípios e Secretarias de Educação.

### **5. PROPOSTAS PARA OS MUNICÍPIOS**

Especificamente para os municípios, as propostas estão ligadas à instituição de programas de concessão de isenção fiscal dos Impostos de ISS para oferta de bolsas de estudo para alunos carentes e/ou professores da rede pública municipal, empregados da rede pública municipal, que necessitam de qualificação, a exemplo do que ocorre com alguns municípios.

Para exemplificar, pode-se citar a Lei nº 13.470, de 18 de dezembro de 2008, do município de Campinas, como outras leis referenciadas. A Lei nº 13.470, de 18 de novembro de 2008, dispõe sobre o programa de inclusão social pelo ensino superior de Campinas - Procampis, através de incentivos fiscais e dá outras providências.

## **6. PROPOSTAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS**

Uma das sugestões para os Governos Estaduais concentra-se em instituir o crédito educativo estadual com critérios diferentes do FIES, visando incluir mais alunos no ensino superior, a exemplo do que já ocorre no Estado de São Paulo.

Outra proposta está ligada à concessão de programas de bolsas de estudo, como os que ocorrem no Espírito Santo, em Santa Catarina e São Paulo (Lei nº 11.038, de 2002, que dispõe sobre a instituição do sistema de crédito educativo no Estado de São Paulo, na forma que especifica e dá outras providências).

## **7. PROPOSTA A SER ENCAMINHADA AO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

O Conselho Nacional de Educação (CNE) deve ser um órgão de estado na sua plenitude e com estrutura administrativa, financeira e jurídica capaz de analisar os recursos interpostos, prescindindo da estrutura do Ministério da Educação. Hoje, o CNE é dependente da estrutura do MEC, sobretudo da consultoria jurídica do Ministério para analisar processos e recursos de sua competência. Sendo assim, há necessidade de o CNE ser dotado de recursos humanos capazes de atender as funções.

## **8. PROPOSTA A SER ENCAMINHADA À COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

Ampliação em 20% das vagas já existentes nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sem a necessidade de aprovação durante a vigência do Plano Nacional de Educação – PNE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra que as pequenas e médias instituições de ensino superior, com até 3 mil alunos matriculados, têm presença marcante em todo o território brasileiro, com distribuição significativa de instituições e alunos matriculados nas cinco regiões do país. As PMIES representam 63% do total de IES no Brasil e 67% do total de IES privadas. Em termos de número de alunos matriculados, entre as IES privadas, as de pequeno porte concentram 23% dos alunos, totalizando quase um milhão de matriculados. Outra característica importante revelada aqui é que 97,6% dessas IES são faculdades; apenas 2% são centros universitários e 0,3% são universidades.

O estudo também aponta que as pequenas e médias instituições contribuem significativamente para o desenvolvimento regional das cidades onde estão instaladas. A pesquisa comparou o impacto dessas instituições, confrontando indicadores em municípios sem nenhuma instituição de ensino superior e municípios com oferta de cursos presenciais somente por IES privadas com até 3 mil alunos. A conclusão é que o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a renda *per capita* e também o percentual de ocupados é consideravelmente maior nas cidades que têm pequenas instituições, independentemente do número de habitantes.

Analisando as quatro variáveis que indicam desenvolvimento econômico e social (PIB, IDH, Renda *per capita* e Percentual de ocupados com ensino superior completo com 18 anos ou mais), fica evidenciado o impacto gerado pela presença de, pelo menos, uma instituição de ensino superior de porte pequeno ofertando cursos de graduação.

A partir deste estudo, pode-se afirmar, pela primeira vez e com total confiança estatística, que a oferta de Ensino Superior por pequenas e médias IES porte no Brasil gera aumento da renda local, melhora os indicadores de desenvolvimento social e contribui para a fixação do jovem na região. Ao elevar a escolaridade dos empregados, a presença do Ensino Superior torna a região mais competitiva e, portanto, com chances muito maiores de desenvolvimento em relação aos locais em que não há presença de instituições de ensino superior. Vale destacar também que a massa salarial produzida pelas instituições com até 3 mil alunos é de R\$ 4 bilhões por ano, contribuição direta ao PIB do Brasil.

Apesar do forte impacto na economia regional e nacional, a vida das PMIES brasileiras não vai bem. Entre 2008 e 2012, levando em consideração a oferta de cursos presenciais na rede privada, enquanto o número total de instituições cresceu 5%, entre as pequenas e médias houve queda de 8%. No mesmo período, a taxa de crescimento de matrículas no total de IES foi de 11%; entre as PMIES houve queda de 8%. Ou seja, enquanto no setor, como um todo, o número total de

instituições, de alunos matriculados, de calouros e de formandos tem crescido nos últimos anos, nas instituições com até 3 mil alunos a realidade tem sido oposta, registrando queda em todos esses pontos. Isso demonstra claramente o risco de sobrevivência dessas instituições e, conseqüentemente, o potencial prejuízo para o desenvolvimento do país, caso nada seja feito para reverter este quadro.

Verificou-se também que, extraíndo os efeitos das “IES de nicho”, aquelas consideradas como “boutiques”, na média, há uma deterioração da saúde financeira das PMIES. A lucratividade, a geração de caixa e o tíquete médio caem consideravelmente, demonstrando a dificuldade financeira das PMIES não posicionadas como IES de nicho. Além disso, a inadimplência das PMIES é significativamente mais elevada do que o total do setor.

Também referente aos indicadores de avaliação do Ministério da Educação as IES pequenas e médias enfrentam dificuldades. Ao avaliar o desempenho das IES privadas no IGC, considerando o Enade de 2009, 2010 e 2011, constatamos que nas IES com mais de 3 mil alunos, 18,2% delas encontram-se na faixa 2 (considerada insatisfatória), 64,6% delas estão na faixa 3 (considerada satisfatória) e 14,3% delas encontram-se na faixa 4 (considerada de excelência). Já entre as pequenas e médias IES, 37,7% estão situadas na faixa 2; 53,6% situam-se na faixa 3; e apenas 7,5% estão na faixa 4.

Uma análise precipitada dos números acima poderia levar a uma conclusão equivocada de que, sendo de pequeno porte, essas IES não conseguem ofertar ensino de qualidade, mas a verdade é que esses resultados, que supostamente indicam qualidade, estão calcados em índices que já de partida colocam as faculdades em desvantagem em relação a centros universitários e universidades. Isso porque o IGC é composto pela média ponderada do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que, por sua vez, é largamente influenciado pela quantidade de doutores, mestres e docentes contratados em regime de tempo parcial ou integral. Ora, centros universitários e universidades, obrigatoriamente, necessitam ter um mínimo de 33% do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Os centros universitários também devem ter pelo menos 20% dos professores contratados em regime de tempo integral, enquanto as universidades precisam ter 1/3. As faculdades, por sua vez, não têm essa obrigatoriedade legal e é nessa categoria acadêmica que se encontram 98% das PMIES. No entanto, na hora de compor o CPC e o IGC, as faculdades são avaliadas sob exatamente os mesmos critérios que as demais IES, de distintas organizações acadêmicas.

O fato de essas IES terem poucos professores titulados não tem a ver somente com exigências regulatórias. Sabe-se que há carência de doutores em pequenas cidades mesmo de estados ricos e mais desenvolvidos, sem contar a existência de um enorme desequilíbrio na distribuição dos doutores pelas diversas regiões do Brasil. Na pesquisa de campo realizada com as 174 PMIES 66%



das instituições afirmaram ter dificuldades de contratar mestres e doutores. Esse quadro é ainda mais dramático em algumas regiões do país em que não há oferta de mão de obra qualificada, como a região Norte. Lá, 100% das IES pesquisadas afirmaram ter dificuldades de contratar docentes titulados, enquanto na região Centro-Oeste foram 78% das IES.

Este estudo aponta que os gestores das PMIES enfrentam dificuldades com captação de alunos, inadimplência e evasão. Para as pequenas e médias IES porte, há um enorme desafio em relação à concorrência com grandes grupos educacionais que têm capacidade de diminuir os custos e o valor médio das mensalidades.

Concluindo, o estudo mostra que, embora tenham papel relevante no desenvolvimento econômico e social do país, as pequenas e médias instituições de ensino superior brasileiras estão sendo esmagadas, de um lado, por questões regulatórias e, de outro, por aspectos mercadológicos.

Diante desse quadro, é absolutamente crucial construir alternativas que apontem para a melhoria da competitividade dessas instituições. As próprias PMIES, a ABMES e o Ministério da Educação têm ações possíveis de serem implementadas com o intuito de garantir a permanência e a perenidade dessas IES no sistema de Ensino Superior brasileiro, como foi demonstrado no Capítulo V do estudo.

Este diagnóstico comprova que os gestores das PMIES desejam realizar mudanças em suas instituições. Há uma nítida manifestação da vontade de busca de informação, formação, cooperação e transformação. Por meio da cooperação e da atuação coletiva, as IES poderão ter na ABMES uma aliada para apresentar suas reivindicações perante os representantes do Ministério da Educação.

O desafio está na capacidade das PMIES de realizar as mudanças corretas e necessárias. À ABMES, ao Ministério da Educação cabe um importante papel, mas parte das mudanças deve surgir das próprias instituições de ensino. A melhoria da competitividade das IES no século XXI está na capacidade dos gestores das PMIES de combinar um conjunto de fatores: compreensão da dinâmica do Ensino Superior; intensificação do relacionamento com a sociedade; capacitação do corpo docente e técnico-administrativo; planejamento; priorização de investimentos em processos de inovação e de reorganização dos projetos institucionais e de cursos.

## LEIS REFERENCIADAS NAS PROPOSTAS

Lei Complementar nº 128, de dezembro de 2008, que aprovou a Lei de Simplificação da Folha de Pagamento.

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior e dá outras providências.

Lei nº 8.263, de 25 de janeiro de 2006, alterada pelas Leis nº 8.642, de 16 de outubro de 2007 e nº 9.122, de 30 de março de 2009, destinada à concessão de bolsas de estudos para custear.

Lei nº 11.038, de 2002, que dispõe sobre a instituição do sistema de crédito educativo, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei nº 11.498, de 15 de outubro de 2003, que institui o Programa Escola da Família - desenvolvimento de uma cultura de paz no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Lei nº 13.470, de 18 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Programa de Inclusão Social pelo Ensino Superior de Campinas - Procamps, através de incentivos fiscais e dá outras providências.

Lei nº 11.038, de 2002, que dispõe sobre a instituição do sistema de crédito educativo, na forma que especifica e dá outras providências.

Lei Complementar nº 633/2009, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 16.736 e nº 16.737, e executada pela SMED, que estipula que universidades privadas de Porto Alegre ofereçam bolsas de estudos em número equivalente a 4% das matrículas efetuadas no semestre letivo anterior. As bolsas poderão ser integrais ou parciais (50% no valor das taxas e mensalidades), de acordo com os critérios estabelecidos na referida legislação.

Lei nº 9869 de 3 de setembro de 2003, que dispõe sobre a criação do programa “adote um universitário” e dá outras providências.

Lei Complementar nº 10.713, de 16 de janeiro de 1996, que dispõe que o Estado aplicará meio por cento da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior Comunitário do Rio Grande do Sul, consoante ao disposto no parágrafo 3º do art. 201 da Constituição Estadual, através do Programa de Crédito Educativo – Procred, aos alunos de graduação, com insuficiência de recursos próprios ou familiares.”

Lei nº 10.861, de 2004, que institui o Sinaes.

Lei nº 11.096, de 2005, que institui o Programa Universidade Para Todos.



## **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS**

**A** Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), por meio da revista *Estudos*, de conteúdo temático, priorizará a publicação de textos apresentados nos seminários realizados pela entidade.

A revista *Estudos* poderá, excepcionalmente, publicar trabalhos (ensaios, artigos de pesquisa, textos de referência e outros) sobre temas e questões de interesse específico das instituições de ensino superior associadas, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Diretoria da ABMES e do Conselho Editorial.

Em ambos os casos, os trabalhos devem ser inéditos e enviados para a publicação exclusiva da revista.

Observar as seguintes normas na apresentação dos originais:

1. Título acompanhado do subtítulo, quando for o caso, claro, objetivo e sem abreviaturas;
2. Nome do autor e colaboradores por extenso, em itálico e negrito, com chamada (\*) para rodapé, onde serão indicadas credenciais escolhidas pelo autor;
3. Dados sobre o autor – nome completo, endereço para correspondência, telefone, fax, e-mail, vinculação institucional, cargo, área de interesse, últimas publicações.
4. Resumo de dez linhas que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões.
5. Texto digitado em espaço duplo, fonte 12, versão *Word 7.0* ou superior, evitando tipos inclinados e de fantasia. Salvo casos absolutamente excepcionais e justificados, os originais não devem ultrapassar o limite de 15 a 20 páginas digitadas. O texto deverá ser enviado por e-mail ([abmes@abmes.org.br](mailto:abmes@abmes.org.br)).

6. As margens devem ser de 3 cm à esquerda, à direita, em cima e embaixo. Entrelinhas devem conter as seguintes especificações: espaço dois no texto corrido e nas transcrições; espaço três entre as seções e subseções.
7. Os títulos e subtítulos devem ser claramente identificados e hierarquizados por meio de recursos sucessivos de destaque, tais como: caixa alta (letra maiúscula) com sublinha; caixa alta sem sublinha; caixa alta e baixa com sublinha; caixa alta e baixa sem sublinha.
8. As citações a autores, no correr do texto, bem como nas referências bibliográficas, devem seguir as orientações da NBR10520 (Citações em documentos) e NBR6023 (Elaboração de referências).
9. As citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser iniciadas em letra maiúscula e as seguintes em minúscula, mas quando não houver a chamada na sentença, devem ser apresentados entre parênteses e com todos os caracteres em letras maiúsculas. Exemplo: De acordo com Barbosa (2002, p.26), “o protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana”. Ou: “O protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana”. (BARBOSA, 2002, p.26) E, ainda na citação da citação: Analisando a marcha abolicionista no Brasil, perguntou-se à época: “o que nós queremos que o Brasil se torne? Para que é que trabalhamos todos nós, os que, com a opinião dirigimos seus destinos?” (RODRIGUES, 1871 apud BARBOSA, 2002, b. p. 115).
10. Obras do mesmo autor e do mesmo ano devem ser ordenadas em ordem alfabética, seguidas de letras do alfabeto: 1997a, 1997b, 1997c, discriminando-as, no corpo do texto, sempre que forem citadas.
11. Notas exclusivamente de natureza substantiva devem ser numeradas seqüencialmente.
12. Ilustrações complementares – quadros, mapas, gráficos e outras – podem ser, se for o caso, apresentadas em folhas separadas do texto, com indicação dos locais onde devem ser inseridas, numeradas, tituladas, com a indicação da fonte. Sempre que possível, devem estar confeccionadas para reprodução direta.
13. A primeira citação de nome ou título que tenha siglas e abreviações deverá aparecer registrada por extenso, seguido da sigla separada do nome por um traço (hífen). Se a sigla tiver até três letras ou se todas as letras forem pronunciadas deve-se grafar todas as letras

da sigla em maiúsculas. Exemplo: CEF, MEC, BNDES, INSS. E as siglas de mais de três letras formando palavras devem aparecer em caixa alta e baixa. Exemplo: Unesco, Semesp, Funadesp.

14. As citações diretas, no texto, de mais de três linhas devem ser colocadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, na fonte 10, espaço simples e sem aspas.

15. As palavras e/ou expressões em língua estrangeira devem aparecer em itálico.

## Referências bibliográficas

### 1. Livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias: poesia*. Organizada por Manuel Bandeira. Revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 175p.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja: espia na banda de fora*. Protestantismo e escravidão no Brasil Império. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002. 221p.

COLASANTI, Marina. *Esse amor de todos nós*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 231p.

OLIVEIRA, José Palazzo et al. *Linguagem APL*. Porto Alegre: CPGCC da UFRGS, 1973. 15p.

### 2. Artigos em revistas

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência & Trópico*, Recife, v.11, n.1, p.71-78, jan./jun. 1983.

METODOLOGIA do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 162, p. 323330, abr./jun. 1980.

### 3. Artigos em jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985. Caderno B, p. 6.

BIBLIOTECA climatiza seu acervo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1985. p.11, c. 4.

#### 4. Leis, decretos e portarias

BRASIL. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Seção 1 p.13.

#### 5. Coletâneas

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930/1975. In: LIMA, O . B.;

ABRANCHES, S. H. (Org.). *As origens da crise*. São Paulo: Vértice, 1987.

#### 6. Teses acadêmicas

MORGADO, M. L.C. *Reimplante dentário*. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

O envio de trabalhos implica cessão de direitos autorais para a revista.

Serão fornecidos ao autor principal de cada artigo cinco (5) exemplares do número da revista em que seu artigo foi publicado.

Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores.

**DIAGNÓSTICO DAS PEQUENAS E MÉDIAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO  
SUPERIOR PRIVADAS NO BRASIL:  
INDICAÇÕES PARA MELHORIA DA COMPETITIVIDADE**





Esta obra foi composta em Times New Roman e impressa nas oficinas da Athalaia Gráfica e Editora Ltda. no sistema off-set sobre papel reciclato 90g/m<sup>2</sup>, com capa em papel reciclato 240g/m<sup>2</sup>, para a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em março de 2014

